

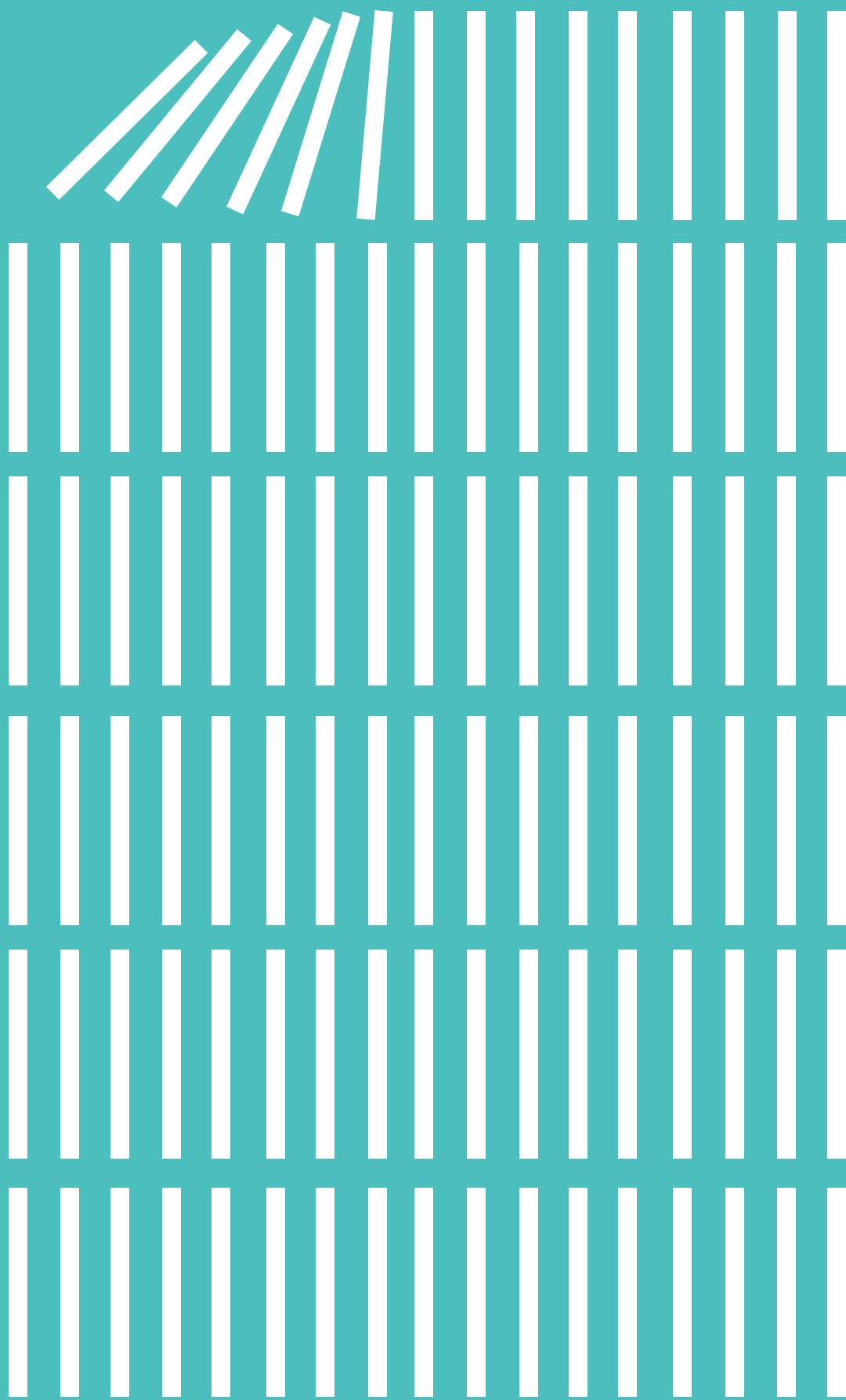


Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.



Gestão do conhecimento no ecossistema de Negócios de Impacto no Brasil





Realização

PNUD

Niky Fabiancic
Representante-Residente do PNUD no Brasil

Didier Trebucq
Diretor de País do PNUD no Brasil

Supervisão

Maristela Baioni
Representante-Residente Assistente para Programa do PNUD no Brasil

Cristiano Prado
Especialista de Programa - Pessoas e Prosperidade

Maria Teresa Fontes
Analista de Programa - Pessoas e Prosperidade

Coordenação

Luciana Aguiar
Gerente de Parcerias para o Setor Privado

Equipe técnica

Natalia Sant'Anna Torres
Assistente de projeto

Maria Paula Marques
Consultora para a Iniciativa Incluir

SEBRAE

Guilherme Afif Domingos
Diretor-Presidente

Heloisa Regina Guimarães de Menezes
Diretora Técnica

Vinicius Lages
Diretor de Administração e Finanças

Unidade de Atendimento Setorial Comércio e Serviços

Ana Clévia Guerreiro
Gerente

Graziele Vilela
Gerente Adjunta

Coordenação

Valéria Barros
Coordenadora do Macrosssegmento Negócios de Impacto Social e Ambiental

Equipe técnica

Frederico Lopes Cabaleiro
Rafael Lima
Matheus Freitas (*estagiário*)

Pesquisa e Análise

Coordenação

Profa. Dra. Graziella Maria Comini,
professora associada FEA/USP

Equipe técnica

Hugo Pedro Huornik,
estagiário, graduando da EACH/USP
Marise Barbosa,
pesquisadora, doutoranda, FEA/USP
Ana Carolina Ferreira Siqueira, pesquisadora,
mestranda, FEA/USP

Ações de sensibilização

Oficina de *Gestão do Conhecimento no
Ecossistema de Negócios de Impacto*:

Profa. Dra. Graziella Maria Comini, professora
associada FEA/USP

Prof. Dr. Edgard Barki, professor FGV/EASP

Vivianne Naigeborin, Potencia Ventures

Equipe Apoio: Edson D´Amario, Hugo Guornik
de Oliveira, Marise Uemura, Monica Galvão,
Simone Sousa, FEA/USP

Agradecimentos

Organizações participantes da oficina de
*Gestão do Conhecimento no Ecossistema de
Negócios de Impacto*:

Aliança Empreendedora: Cristina Filizzola e
Fabiano Salgado
Artemísia: Priscila Martins
AOKA: Ricardo Gravina
Bemtevi: Ricardo Mastrotti
Deloitte: Larissa Nakano
Derraik e Menezes: Carlos Eduardo Gonçalves
Din4mo: Mariana Salton
EACH/USP: Sylmara Dias e Tania Christopoulos
ESPM: Prof. Maurício Turra
FEI: Edson Sadao
FOCO: Ana Beatriz Roth
GIFE: Graziela Santiago
Governo do Estado de São Paulo: Eduardo
Henrique de Azevedo
ICE: Célia Cruz e Beto Scretas
Insper: Prof. Geraldo Setter
Instituto Quintessa: Ana Luiza Kato
Latin America Angels Society: Marco De Biasi
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e
Serviços (MDIC): Lucas Ramalho
Mov Investimentos: Denis Nakara
Neoalta: Adriano Nunves
Pipe Social: Mariana Fonseca

Ponte a Ponte: Rachel Añon
Sistema B: Tatiana Mendizabal
Sitawi Finanças do Bem: Paula Bonazzi
Vox Capital: Gilberto Ribeiro
Worth a Million: Valentim Biazotti

Edição
PNUD Brasil

Projeto Gráfico e diagramação
Rafael Melo

Primeira edição
Abril 2018

Tiragem
1000 exemplares



Prefácio

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD

Didier Trebucq

Os desafios do desenvolvimento são cada vez mais interdependentes, afetam simultaneamente países do Norte e do Sul e evoluem em um ritmo cada vez mais rápido. Em 2030, estima-se que teremos 8,5 bilhões de habitantes no planeta, do quais aproximadamente 223 milhões de pessoas devem viver no Brasil¹. Para atender às demandas econômicas e sociais desta população, lidar com os efeitos de megatendências, como a inteligência artificial e a mobilidade, e preservar o meio ambiente, precisaremos de soluções audaciosas com inovações sociais e tecnológicas disruptivas.

Com capacidade de implementar, de se adaptar rapidamente e de inovar, os negócios de impacto social estão bem posicionados para encontrar novas soluções para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável em 2030, uma agenda universal que, entre seus numerosos desafios, procura erradicar a pobreza extrema e a fome no mundo. Esta agenda apresenta oportunidades significativas para que os negócios abram novos mercados, atraindo investimentos, valendo-se das competências, expertises e recursos das empresas. Sua relevância também se coloca cada vez mais na agenda de investimento. Estima-se que aproximadamente 3 a 4 trilhões de dólares por ano são direcionados para esta agenda nos países em desenvolvimento.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) só podem ser alcançados se o país conseguir criar pequenos negócios bem estruturados e competitivos². Sabemos que 34 em cada 100 brasileiros adultos possuem uma empresa ou estão envolvidos com a criação de um negócio próprio³. Soma-se a isto a contribuição incontestável dos pequenos negócios para o desenvolvimento do país ao responderem por 27% do PIB e 51% dos postos de trabalho⁴. Desta forma, desempenham um papel vital para promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego e o trabalho decente, bem como impulsionar a produção sustentável e fomentar a inovação.

Os negócios também estão cada vez mais empenhados em responder às necessidades da sociedade através de mecanismos de mercado. Ao desenvolverem soluções comerciais inovadoras para melhorar a vida das pessoas, os negócios de impacto social colocam a geração de valor social no centro de sua missão. Contribuem assim para ampliar a oferta de serviços em saúde, telemedicina, energias renováveis, gerenciamento de resíduos ou mesmo para tornar as cidades mais resilientes, entre outras.

¹ Fonte: IBGE, Projeção da população do Brasil para o período 2000-2060. Revisão 2013.

² Fonte: OECD, Entrepreneurship at a Glance, OECD Publishing, 2016.

³ Fonte: Global Entrepreneurship Monitor, 2015.

⁴ Fonte: SEBRAE, 2014.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento entende ser essencial adotar medidas de fomento a novos modelos de negócio que desenvolvem soluções acessíveis e escaláveis para responder a problemas concretos em serviços essenciais, bem como estratégias de negócio que estimulam, sobretudo, a inserção da mulher, da população negra, das minorias étnicas e dos jovens em suas cadeias de valor, ampliando sua participação no sistema econômico e nas esferas de cidadania.

Por essas razões, é gratificante ver prosperar as ações desenvolvidas pela Iniciativa Incluir voltada para o apoio a empreendedores, investidores, aceleradoras de impacto social e atores comprometidos em encontrar soluções de negócios para a implementar essa agenda. Junto às pequenas empresas, a nossa principal via de articulação tem sido por meio da implementação de ações com o SEBRAE, para sensibilizar e atender a 2 mil empreendedores, bem como fortalecer o ambiente de apoio a negócios de impacto social no país.

Como demonstram os estudos aqui reunidos, os negócios de impacto social são recentes no país, mas apresentam um ritmo acelerado de crescimento. Para fortalecer esses empreendimentos é vital apoiar o desenvolvimento de modelos de negócio mais robustos e consolidados. Ao mesmo tempo, sua consolidação requer também uma gestão eficiente do conhecimento por parte dos seus atores. Nesse sentido, a sustentabilidade da governança do campo dos negócios de impacto social precisa envolver os empreendedores, em sua diversidade de gênero, raça ou condição social, no processo criativo de soluções e de produção de conhecimento. Da mesma forma, é fundamental ampliar a distribuição regional e setorial desses negócios como um caminho para reduzir a pobreza e a desigualdade em um país diverso e complexo como o Brasil.

O PNUD Brasil trabalha, em estreita colaboração com múltiplos parceiros em âmbito local, intensificando seu envolvimento com redes empresariais, empresas públicas e privadas, para alcançar áreas e comunidades onde o progresso tem sido mais lento, para tornar real o propósito de “não deixar ninguém para trás”. Reconhecemos que a parceria com o SEBRAE amplia e consolida ações, alinhadas em uma missão comum, capazes de potencializar iniciativas e atores propulsores do desenvolvimento sustentável, trabalhando, diariamente, para a construção de uma sociedade mais justa e mais equitativa.

Prefácio

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas — SEBRAE

Heloísa Menezes

O primeiro relatório mundial sobre empreendedores sociais, realizado pelo instituto de pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM) em 2009, mostrou que quase 2% da população adulta estão envolvidos em alguma atividade social, em áreas que vão de educação e desenvolvimento econômico à preservação do meio ambiente. Uma minoria significativa lidera iniciativas sem fins lucrativos, seguindo preceitos de ferramentas de negócios, e muitos dos que ainda não trabalham nesse campo expressaram vontade de implementar projetos desse tipo em um futuro próximo.

Desde 2014, o SEBRAE inseriu na sua agenda estratégica de atuação, a temática dos negócios de impacto social e ambiental, como um dos eixos estratégicos de atendimento aos pequenos negócios. Estamos empenhados em contribuir na geração de negócios com propósito e lucro, estimulando pessoas da base da pirâmide a serem sócias, parceiras ou mesmo fornecedoras de produtos e serviços para o negócio de impacto social e ambiental.

A transformação digital e a economia do compartilhamento são chaves para a atuação mais efetiva dos negócios na economia do século XXI. Nesse contexto, a parceria do SEBRAE com o PNUD para a implementação do Projeto INCLUIR – Fortalecimento dos Negócios Inclusivos e Sociais no Brasil reúne ações para apoiar os pequenos negócios no aumento da competitividade e na integração desses nas cadeias globais de valor. Ou seja, os modelos de negócios de impacto social e ambiental podem gerar valor ao preencher lacunas de oportunidades para a solução de problemas globais.

As chamadas cadeias de valor híbridas refletem o ponto de encontro entre as empresas e os negócios sociais, podendo ter outros atores públicos envolvidos também para a geração de ganhos. Elas englobam uma mudança sistêmica na forma como esses atores interagem, porque tendem a capitalizar sinergias e forças complementares para incrementar benefícios, baixar custos e realizar a missão de atender a problemas globais.

Cada vez mais passamos a conhecer várias empresas que participam dessas iniciativas, na maior parte das vezes, concebidas e lideradas por empreendedores inovadores e visionários que, como não estão presos ao pensamento de negócios tradicional, podem identificar as melhores oportunidades para criar valor compartilhado. Enquanto as empresas contribuem com sua experiência em produção, capacidade de gerar escala e gerenciamento de operações e finanças, os empreendedores sociais colaboram com os baixos custos, as fortes redes sociais e o amplo conhecimento de suas comunidades e dos potenciais clientes.

A estratégia de atuação nacional do Macrosegmento Negócios de Impacto Social e Ambiental vem sendo operacionalizada junto ao SEBRAE nos estados, observando as janelas de oportunidades nas cadeias de valor dos setores do Agronegócio, Indústria e Comércio e Serviços, a partir de um olhar sistêmico para as dimensões da produtividade, produto e mercado e desenvolvimento Local. Os principais segmentos onde surgem os negócios de impacto social e ambiental são: Educação, Saneamento básico e Habitação, Serviços Financeiros, Tecnologia da

Informação, Saúde, Meio Ambiente, Artesanato, Agricultura, Cultura, Energia, Mobilidade Urbana, entre outros.

Na 1ª. Edição da Chamada INCLUIR 2017 - SEBRAE/PNUD mapeamos 857 iniciativas empreendedoras que estão espalhadas pelo nosso Brasil em diversos segmentos. A partir daí, com parceiros de todo ecossistema, o desafio é dar apoio contínuo na gestão desses modelos de negócios inovadores para que tenham acesso a capacitação, mentorias e investimentos, de forma sustentável.

Soma-se a relação dos negócios de impacto social com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que são outro aspecto fundamental a nortear a nossa atuação, pois são esses modelos inovadores de impacto que têm plena aderência aos 17 desafios globais apresentados, com um campo fértil para o desenvolvimento de soluções inclusivas.

Esperamos que as informações aqui apresentadas possam servir de insumos para empreendedores interessados em conhecer mais profundamente sobre a temática dos negócios de impacto social e ambiental e dos instrumentos que estão disponíveis para apoio nas tomadas de decisão.

Boa leitura!

Sumário Executivo

Os desafios socioambientais no Brasil apontam oportunidades de atuação de de impacto em diversos setores, áreas geográficas e com diferentes perfis de retorno. Os mapeamentos produzidos pelos atores do ecossistema de negócios de impacto no Brasil indicam que o **estágio atual é de expansão**, demonstrando maior propensão a **trabalhos colaborativos e a utilizar estratégias de coinvestimentos**. Observa-se um ecossistema **recente**, mas em **ritmo acelerado de crescimento**.

O número de organizações intermediárias com foco em negócios de impacto é ampliado no **final da década dos anos 2000**⁵ concomitantemente com o surgimento de investidores de impacto⁶. Esta situação explica a concentração de relatórios produzidos pelo campo em 2015: 50% foram elaborados entre 2015 e 2016.

Em menos de dez anos, é possível visualizar um ecossistema com uma **diversidade de atores ativos**: bancos internacionais de desenvolvimento, *family offices*, capital de risco tradicional, fundos de participações, fundos filantrópicos, fundações, empreendedores sociais, aceleradoras de negócios, incubadoras, universidades, organizações de fomento e promoção do ecossistema. No entanto, é perceptível a **concentração geográfica** dos empreendimentos e investimentos de impacto, particularmente nos estados do Sudeste.

Após uma década em que o termo “investimento de impacto” foi cunhado, pode-se afirmar que **investimento de impacto não é visto como um nicho de filantropos, porém não se consolidou como uma nova classe de ativos do mercado financeiro**. Não há dados sistematizados que revelem um histórico de retornos sociais ou financeiros consistentes nos investimentos de impacto. Isto pode ser em parte explicado pela dificuldade de estabelecimento de métricas e metodologias de avaliação que consigam dar conta da complexidade de mensuração no campo socioambiental. São necessários também estudos que apontem os desafios e dilemas dos enfrentados pelos empreendedores para superar a fase denominada vale da morte.

O montante de recursos com potencial de ser investido em negócios de impacto é crescente, porém, **falta capital-semente** que ajude os empreendimentos a testarem modelos inovadores. Investidores-anjos, fundações e institutos, plataformas digitais de investimento coletivo poderiam cobrir essa lacuna. No Brasil, falta um ambiente regulatório que torne mais claras as regras para estruturação de plataformas digitais de investimento coletivo as quais permitem que pessoas físicas possam fazer investimentos em empresas por meio da participação acionária (*equity crowdfunding*) ou via cessão de dívidas (plataformas *peer-to-peer*). Ainda assim, **não há unanimidade** quanto às vantagens e desvantagens da criação de um **formato jurídico específico** para negócios de impacto.

Pode-se dizer que há uma grande oportunidade para o **desenvolvimento de iniciativas** que conciliem geração de valor econômico com valor social e ambiental de forma unívoca, a fim de contribuir para diminuição da pobreza, melhor equidade de gênero, protagonismo juvenil, inclusão da melhor idade e, também, para a **conservação** da biodiversidade, desenvolvimento de uma economia de baixo carbono, com menor uso de recursos (economia circular) e ampliação do acesso à cultura.

⁵ Por exemplo, Artemisia, 2004; Nesst Brasil, 2007; Impact Hub, 2007; Instituto Quintessa, 2009; Social Good Brasil, 2011; Worth a Million, 2014; Yunus Youth, 2014.

⁶ Por exemplo, Sitawi, 2008; Vox, 2009; Kaeté Investimentos, 2011; Mov, 2012; BemteVi, 2015.

Kofi Annan (2002) afirmou que o desenvolvimento sustentável seria um sonho distante sem a participação do setor privado e isto só é possível por meio da revisão de seus modelos organizacionais, dos produtos/serviços que são criados e da forma como é gerenciada a cadeia de valor.

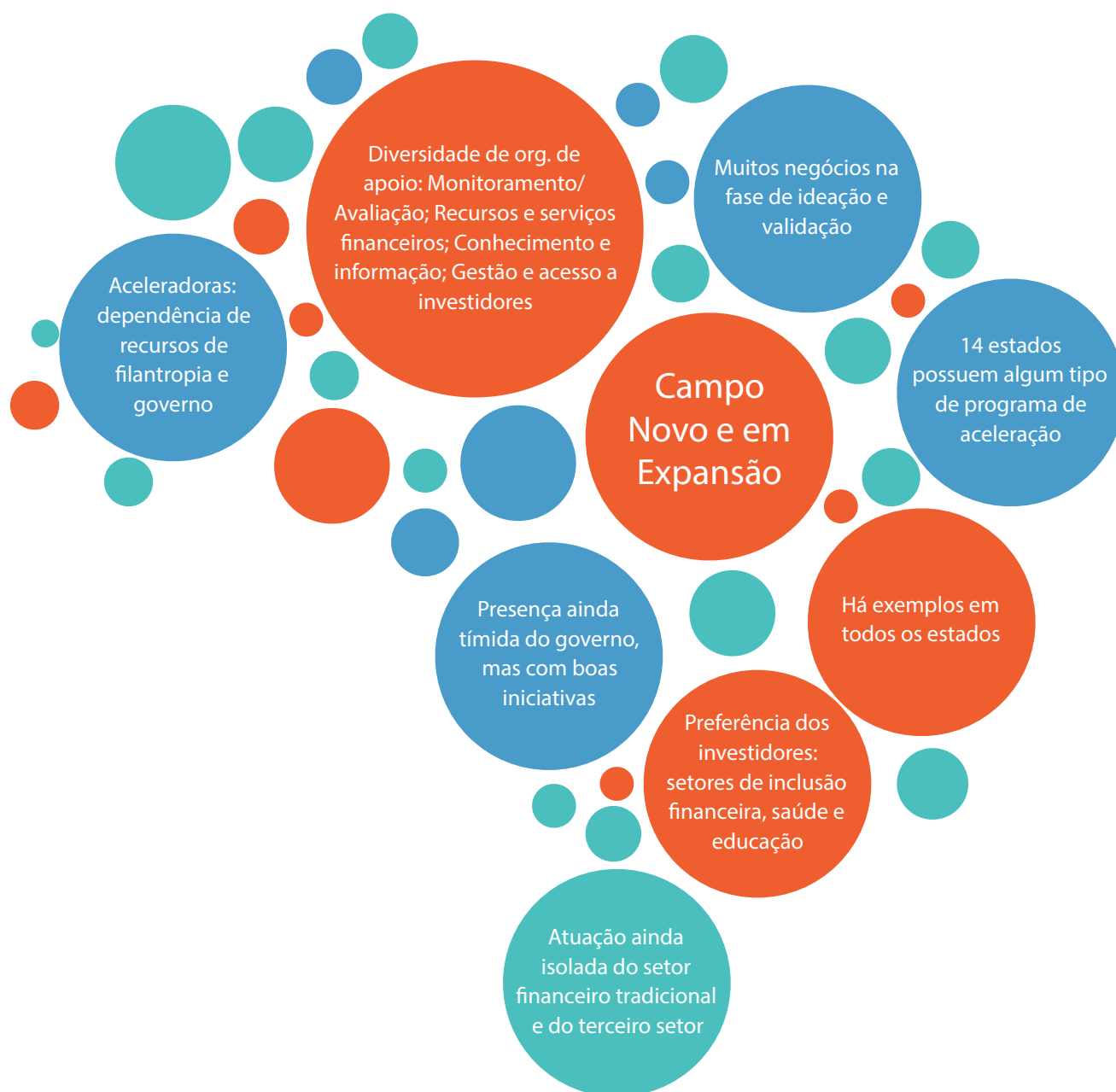
Com a agenda 2030 e a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), o setor privado assume uma relevância ainda maior para desenvolver soluções economicamente viáveis e capazes de responder às demandas sociais e ambientais nos contextos onde atuam. Como afirma Guterres (2017), sem o setor privado, não teremos a inovação, nem mesmo, a capacidade necessária para descobrir novos mercados, novos produtos, novos serviços e para desenvolver novas áreas da economia. Neste sentido, os negócios de impacto social encontram-se amplamente alinhados com esta agenda do desenvolvimento global, pois já trazem na construção do seu modelo de negócios a intenção de enfrentar os desafios sociais ou ambientais.

A evolução do ecossistema de negócios de impacto passa pela **consolidação de boas iniciativas** as quais podem servir de **inspiração e** referência para outros empreendedores. Os relatórios analisados tendem a associar o sucesso de um empreendimento à sua **capacidade de escalabilidade**. Neste aspecto, é fundamental que o ecossistema faça uma distinção entre **profundidade e abrangência** das inovações socioambientais e seus respectivos impactos. Pesquisa desenvolvida por Comini (2016) indica que os negócios de impacto são caracterizados por diferentes lógicas de atuação e, portanto, suas contribuições ao desenvolvimento sustentável não são homogêneas. Negócios de impacto com forte lógica social tende a desenhar e estruturar suas atividades com o propósito de gerar valor socioambiental em diferentes dimensões, sua contribuição tende a ser mais qualitativa e com maior profundidade de impacto.

Por outro lado, negócios de impacto com uma lógica de atuação fortemente direcionada ao mercado tendem a provocar resultados de maior abrangência em dimensões específicas do desenvolvimento sustentável, sua contribuição tende a ser em termos de abrangência e, portanto, quantitativa e escalável. Não há um tipo ideal: é necessário fomentar tanto negócios que tenham potencial de atingir um número elevado de pessoas, bem como aqueles negócios que gerem transformações profundas em uma localidade, embora muitas vezes atinjam um número menor de beneficiados.



A **clareza dos interesses** e o alinhamento de expectativas entre empreendedores, organizações intermediárias e investidores possibilita diminuir as tensões que são naturais no relacionamento e evita frustrações que foram sinalizadas pelos atores ao longo dos relatórios analisados.



Objetivos e Metodologia

Objetivos: identificar e analisar a produção do conhecimento gerado dentro do ecossistema de negócios com impacto socioambiental.

Ecossistema recente com ritmo acelerado de crescimento



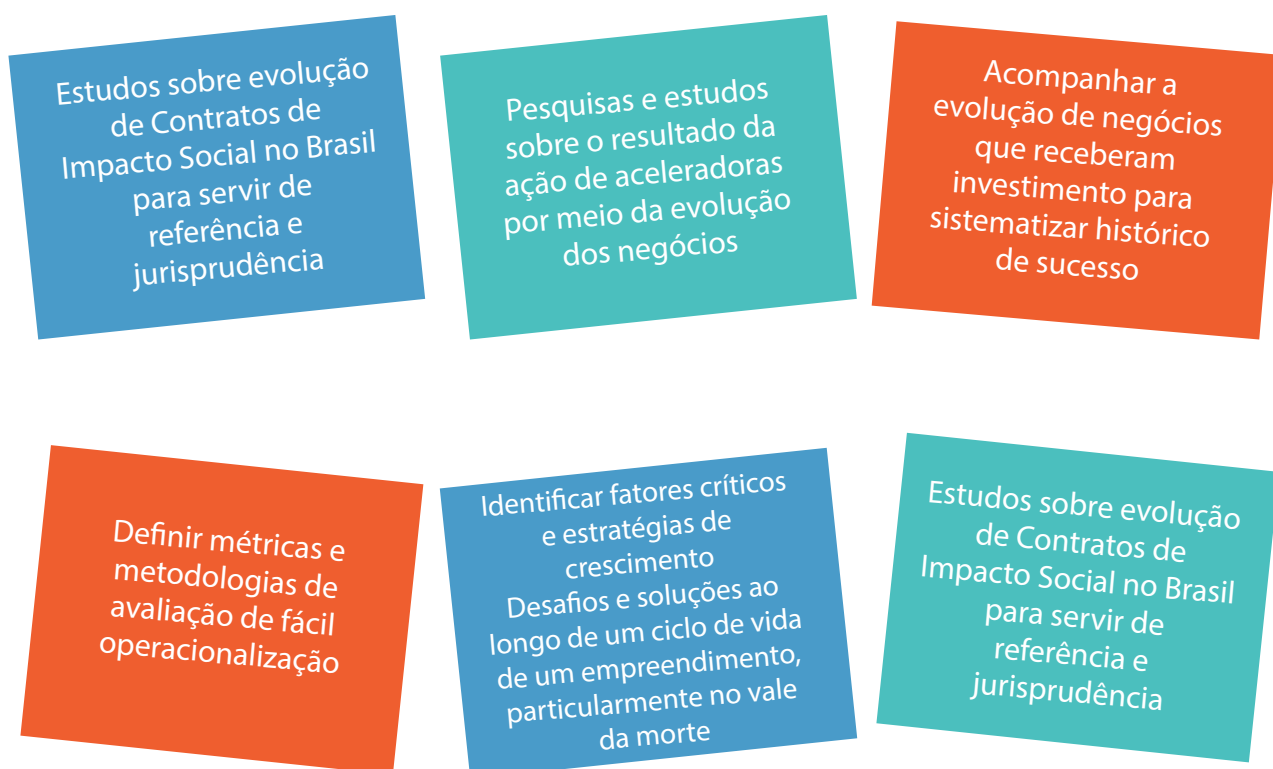
Método: pesquisa exploratória realizada a partir de levantamento e análise de dados

secundários produzidos por atores que atuam no fortalecimento de modelos de negócios de impacto. Utilizou-se como parâmetro parceiros e colaboradores da Força Tarefa de Finanças Sociais. Foram mapeados 21 relatórios produzidos por estas 57 instituições.

Os conteúdos dos relatórios foram agrupados em três perspectivas: **“quem faz”**, ou seja, o conteúdo era centrado nos empreendimentos; **“quem apoia”**, ou seja, o foco do relatório era organizações intermediárias que atuam no desenvolvimento dos negócios com impacto socioambiental e por fim, **“quem financia”**, constituído por aqueles que oferecem capital para o desenvolvimento do ecossistema.

Foram sistematizados e analisados 10 relatórios sobre “quem faz”, 07 sobre “quem apoia” e 04 sobre “quem financia”

Geração de Conhecimento para o Campo



Sumário

Introdução p 12

Cronologia dos Relatórios p 15

Apresentação dos Resultados p 18

“Quem Faz”: Perspectiva dos p 19
empreendimentos

“Quem Apoia”: Perspectiva das p 23
Organizações Intermediárias

“Quem Financia”: Perspectiva dos p 32
investidores e dos fundos de
investimento

Visão de futuro do campo: p 36
reflexões sobre ações necessárias
para seu fortalecimento

Referências Bibliográficas p 40

Anexos p 43

01.

introdução

01. Introdução

A existência de déficits sociais e ambientais no século XXI tem provocado uma forte aproximação entre empresas privadas, organizações do terceiro setor e instituições públicas. Estes atores reconheceram que a colaboração intersetorial é condição necessária para viabilizar um desenvolvimento sustentável. Como resultado, observa-se o surgimento de novos formatos organizacionais híbridos, que buscam atingir dois objetivos antes vistos como incompatíveis: sustentabilidade financeira e geração de valor socioambiental. **Empreendimentos sociais, negócios sociais, negócios inclusivos, negócios socioambientais, negócios com soluções de impacto social e ambiental, negócios voltados para a base da pirâmide, negócios de impacto** são alguns dos termos usados atualmente para explicar as organizações que visam à solução de problemas socioambientais com eficiência e à sustentabilidade financeira por meio de mecanismos de mercado. Embora a literatura acadêmica mostre que o conceito é polissêmico com diferenças filosóficas, neste relatório será utilizada a nomenclatura que tem sido mais difundida entre atores do campo, a saber: **Negócios de Impacto**.

Independentemente da terminologia utilizada, há um reconhecimento de que o avanço desse tipo de organização exige o amadurecimento de um **ecossistema**. Ikenami (2016) enfatiza que a maior vantagem de analisarmos os empreendimentos por meio do conceito de ecossistema está na noção de dinamicidade, ou seja, o ecossistema reflete a interação, evolução e transformação dos seus membros. Os atores envolvidos precisam atuar de forma coletiva, cooperativa ou até competitiva em

Ecossistema: conjunto de interações que existe entre diferentes atores dentro de uma comunidade (Moore, 1993). Sua evolução pode ser descrita em quatro estágios:

I) **Nascimento:** nesse estágio, os empreendedores definem o valor de seus produtos ou serviços para os seus beneficiários, acoplando diversos atores relevantes ao empreendimento, como os próprios clientes, beneficiários, fornecedores-chave e outros canais, ao mesmo tempo protegem suas ideias a fim de evitar que ofertas semelhantes surjam.

(II) **Expansão:** nessa etapa, os empreendimentos têm o objetivo de ganhar escala. Espera-se que os empreendimentos estimulem a demanda do mercado sem exceder a sua capacidade de atendê-la.

(III) **Liderança:** a competição e colaboração dentro de um ecossistema leva a consolidação de alguns empreendimentos que se tornam líderes. Nesse momento do ecossistema deve-se certificar de que se tenha uma comunidade robusta de fornecedores, mantendo-se o poder de barganha. É nesse estágio que as empresas se preocupam com padrões, interfaces e melhorias nas relações com clientes e beneficiários para manter vantagem competitiva.

(IV) **Autorrenovação** ou morte: esse estágio de um ecossistema de negócios ocorre quando comunidades empresariais maduras são ameaçadas pelo aumento de novos ecossistemas e inovações. Deste modo, deve-se trabalhar com atores inovadores para trazer novas ideias para o ecossistema existente, mantendo certos critérios de limitação a fim de evitar a criação de ecossistemas alternativos.

diferentes momentos. O ecossistema não é estático, reflete a transformação e mutação de seus membros ao longo do tempo.

Este relatório tem como objetivo apresentar um panorama dos **desafios e oportunidades identificadas no ecossistema de Negócios de Impacto** a partir da análise evolutiva dos dados secundários produzidos pelos seus atores e debate realizado com membros do ecossistema. Constitui como uma contribuição no âmbito da Iniciativa INCLUIR: frente de trabalho de cooperação técnica entre o Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para o fortalecimento de negócios inclusivos e sociais no Brasil.

Os resultados foram divididos nas três categorias de atores do ecossistema (“quem faz”, “quem apoia” e “quem financia”).

A seguir, a cronologia dos relatórios analisados.

*Um ecossistema pode ser avaliado por três dimensões (ENDEAVOR, 2016): **magnitude, resultados e autossustentabilidade**. A magnitude indica o número de organizações e pessoas que apoiam e influenciam outros empreendedores por meio de relações pessoais e profissionais. Os resultados são mapeados por meio do número de organizações que ganham escala e geram impactos positivos e por fim, autossustentabilidade, a qual está relacionada com o reinvestimento de recursos na rede.*

02.

cronologia
dos
resultados

02. Cronologia dos Resultados

2011

Plano CDE: Mapeamento do Campo dos Negócios Sociais/Inclusivos

Foco: Negócios, Desenvolvedores e Investidores

Instituto Walmart: Mapa de Soluções Inovadoras

Foco: Negócios Sociais e Inclusivos



2013

Potencia Ventures: Oportunidades para Negócios de Impacto em saúde voltados para a população de baixa renda no Brasil

Foco: Negócios de Impacto

Potencia Ventures: Estudo de Oportunidades no setor de educação para negócios voltados para a população de baixa renda

Foco: Negócios de Impacto em educação

Serconek e Vitoriano: Brasil 27

Foco: Negócios Sociais

2014

PNUD: Iniciativa Incluir
Foco: Negócios Inclusivos

SEBRAE: Negócios Sociais - Diretrizes Estratégicas para a atuação do Sistema SEBRAE no mercado de Negócios Sociais
Foco: Negócios de Impacto

NESsT: Posicionando Negócios Sociais na Agenda Pública
Foco: Negócios Sociais e Governo

GIFE: Key Facts sobre o investimento Social no Brasil
Foco: Institutos e Fundações

LIMEIRA, T.: O Papel das Aceleradoras no Desenvolvimento dos Negócios Sociais no Brasil
Foco: Aceleradoras

ANDE: Mapa do Setor de Investimento de Impacto no Brasil
Foco: Organizações de Fomento



fonte: elaborado pela autora

2015

Delloite: Mapeamento dos recursos financeiros disponíveis no campo social do Brasil com o objetivos de identificar recursos potenciais para Finanças Sociais
Foco: Organizações de Fomento

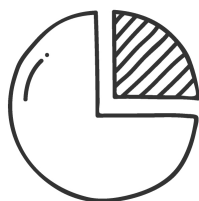
Delloite: Pesquisa de intermediários do Ecossistema de Finanças Sociais e Negócios de Impacto
Foco: Organizações Intermediárias

Quintessa: Guia 2.5
Foco: Organizações Intermediárias

PNUD: Mercados Inclusivos no Brasil: Desafios e Oportunidades do Ecossistema de Negócios
Foco: Negócios Inclusivos

Inspirare: Empreendedores de Impacto: As dores e Delícias de Inovar em Educação
Foco: Negócios de Impacto

FLÔR et. al.: As Aceleradoras Brasileiras: levantamento para identificação do foco, atuação e distribuição territorial
Foco: Aceleradoras



2016

PNUD e World Bank: Negócios Inclusivos: Relatório do G20 para Cúpula de 2016
Foco: Negócios Inclusivos e Governo

Endeavor: Criando uma Rede de Empreendedores Sociais: uma análise do ecossistema empreendedor para Negócios Sociais em São Paulo
Foco: Negócios Sociais

ANDE: Panorama do Setor de Investimento de Impacto na América Latina
Foco: Organizações de Fomento

2017

ANDE: O Panorama de Aceleradoras e Incubadoras no Brasil
Foco: Aceleradoras e Incubadoras

PIPE Social: 1º Mapa de Negócios de Impacto Social + Ambiental
Foco: Negócios de Impacto

Aliança Empreendedora: Mapeamento do Ecossistema de Apoio ao Microempreendedor Brasileiro
Foco: Microempreendedor Individual de Baixa Renda

PNUD/SEBRAE: Fortalecimento de Negócios Inclusivos e Sociais no Brasil
Foco: Negócios Inclusivos



03.

apresentação
dos
resultados

03. Apresentação dos Resultados

Este item tem como objetivo apresentar os principais resultados identificados em cada uma das três perspectivas.

3.1 “Quem Faz”: Perspectiva dos Empreendimentos

Os relatórios sobre “quem faz” revelam uma preocupação dos atores em primeiramente “materializar a existência de um campo”, ou seja, sinalizar áreas críticas para atuar e exemplos de quem já se “aventurou” neste percurso. A impressão que se tem é que os atores acreditavam que a sensibilização de mais empreendedores sociais se dava por meio de efeito demonstrativo. Este objetivo é importante no nascimento de um campo que necessita que mais atores se engajem e contribuam para a expansão do mesmo.

O primeiro mapeamento de negócios de impacto realizado em 2011¹, foi o precursor dos mapeamentos do campo (Plano CDE 2011) e procurou identificar empreendimentos que tinham como propósito a redução da pobreza, classificando nesse grupo também empreendimentos considerados como fomentadores do campo, tais como aceleradoras, incubadoras e fundos de investimentos. Este levantamento constitui-

se como uma referência para demarcar o nascimento de um ecossistema de negócios de impacto. Natural no nascimento de um campo de atuação, neste momento havia a observação de um desalinhamento terminológico: muitas nomenclaturas eram utilizadas como sinônimo sem uma precisão conceitual. No mesmo período, foi elaborado um levantamento bibliométrico para identificar as diferentes terminologias utilizadas na academia (Comini 2011)².

Outro aspecto revelado no primeiro relatório refere-se à concentração de exemplos de empreendimentos nas regiões Sul e Sudeste. Como não havia um alinhamento conceitual no momento de realização do mapeamento (Plano CDE 2011), a dúvida que pairava era: não há negócios de impacto em outras regiões ou há dificuldade de localizá-los? O levantamento denominado Brasil 27³, (Serconek e Vitoriano 2013), teve como objetivo identificar negócios sociais nos 27 estados os quais foram selecionados a partir de indicação de atores do ecossistema.

¹ Plano CDE (2011) em parceria com Avina, Potencia Ventures e Aspen Network of Development Entrepreneurs (ANDE). Publicado em *Negócios de Impacto Social no Brasil* (Barki, Izzo, Torres e Aguiar, 2013)

² Coming (2011), por solicitação do Walmart e Ashoka

³ Serconek e Vitoriano (2013)

A constituição do campo foi demarcada por um interesse de mapear empreendimentos com lógica de mercado que pudessem contribuir para melhoria de algumas áreas prioritárias na agenda pública, como educação e saúde. Outros dois estudos foram realizados⁴ para identificar as oportunidades no setor da educação e saúde para negócios focados na população de baixa renda. Neste conjunto, foi feito um mapeamento dos empreendedores sociais atuantes em educação de sete capitais brasileiras, com o intuito de sistematizar os dilemas da jornada empreendedora e contribuir para que outros atores pudessem atuar de forma mais efetiva no fomento deste tipo de organização, como investidores e aceleradoras (Inspirare 2015).

Alinhado com esta visão de oferecer caminhos para estimular o surgimento de negócios de impacto, PNUD (2015) em parceria com a Fundação Dom Cabral⁵, apresenta uma visão sobre o ecossistema e alguns exemplos de empreendimentos e ressalta os principais desafios e oportunidades para o desenvolvimento de mercados inclusivos no país.

A expansão do campo de negócios com impacto socioambiental aponta oportunidades na agenda de atores já atuantes no fomento de empreendedorismo no Brasil. Exemplo, o

SEBRAE (2014) reconhecendo seu importante papel no oferecimento de orientações e capacitações ao pequeno e médio empreendedor, vislumbra a oportunidade de desenvolver ações focadas a empreendimentos de impacto socioambiental – após dois anos, a organizações atualiza sua orientação à Negócios de Impacto integrando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável a essa agenda. Na mesma linha, Endeavor (2016), realiza um mapeamento a fim de identificar estratégias que possibilitem ampliar a capacitação de empreendedores sociais⁶ determinando, além disso, se é possível o desenvolvimento de ecossistemas eficazes de empreendedorismo social em outras cidades, para além de São Paulo.

O último mapeamento publicado a fim de apresentar uma fotografia atualizada desse setor. Esse mapeamento contou com inúmeros parceiros do ecossistema de Negócios de Impacto e contou com financiamento da Força Tarefa de Finanças Sociais, Itaú e do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Pipe 2017).

Vale a pena ressaltar que o PNUD e o SEBRAE no Programa Incluir, implementaram, em 2017, uma chamada de casos para reconhecer e mapear modelos de negócios comprometidos com a geração de impacto positivo à sociedade

⁴ Por demanda da Potencia Venture, sendo um em parceria com a Inspirare (2013a) e outro com consultoria Prospectiva (2013b)

⁵ Contou com o apoio do SENAR, CNI e SEBRAE, entre outros parceiros

⁶ Endeavor (2016), com apoio do Fundo Multilateral de Investimento (FOMIN) e J. P. Morgan

e inclusão socioeconômica de cidadãs e cidadãos de menor renda. Foram identificados 860 negócios em estágios distintos de maturidade. No entanto, até o momento de elaboração deste estudo, não havia um relatório com o detalhamento dos casos, mas apenas os números agregados.

Os relatórios produzidos até o presente momento são mais descritivos do que analíticos. Falta aprofundamento dos desafios enfrentados e soluções encontradas pelos empreendedores ao longo do ciclo de vida de seus empreendimentos, particularmente na fase denominada “Vale da Morte” (EHLERS, 1998; OSAWA; MIYAZAKI, 2006). Esta fase encontra-se entre o lançamento de um serviço ou produto e o seu respectivo sucesso, quando uma ideia/iniciativa se transforma efetivamente em um negócio.

O momento atual do Ecossistema de Negócios de Impacto necessita de mais estudos que identifiquem os fatores críticos e estratégias de crescimento destes negócios em diferentes setores de atuação e regiões, contribuindo assim para que inovações socioambientais tenham maior chance de escala e replicabilidade.

Apenas um relatório (INSPIRARE, 2015) teve a preocupação em identificar os dilemas e tensões vivenciadas pelos empreendedores para a consolidação de seu negócio. O título do mapeamento é bastante sugestivo e reflete os objetivos do levantamento: “Empreendedores de Impacto: dores e delícias de inovar em

educação”. A partir deste levantamento é possível identificar os principais problemas ocorridos ao longo da evolução de um empreendimento.

O relatório produzido por Inspirare (2015) enfatiza que há muitos ruídos conceituais que merecem ser esclarecidos para facilitar a relação do empreendedor com os outros atores do ecossistema. Ex.: muitos empreendedores relataram não saber o que é e como atingir um investidor-anjo; apontaram também o desconhecimento de caminhos para obter mentoria especializada de profissionais mais experientes e revelaram certa frustração em relação ao apoio recebido de organizações intermediárias. Este último aspecto é particularmente importante porque demonstra um desalinhamento de expectativas e objetivos que pode comprometer a materialização de boas ideias em novos negócios de impacto.

No relatório do Inspirare (2015), empreendedores com conhecimento especializado, no caso em Educação, comentaram que desejam receber auxílio na formatação de um negócio que viabilize sua ideia, por outro lado, se deparam com aceleradoras que buscam modelos de negócio e não apenas boas propostas. Isto pode ser um indicativo que há uma lacuna na oferta de apoio ao potencial empreendedor na fase de incubação com o objetivo de amadurecer uma ideia, materializando-a em um negócio a ser refinado com apoio fundamental de aceleradoras de impacto.

No caso de institutos e fundações, empreendedores declaram sua expectativa de que estes atores poderiam ter um papel mais efetivo se contribuíssem para que o elo entre os diferentes stakeholders, inclusive governo, especialistas e com outros empreendedores aconteça. Além disso, os empreendedores ressaltam que fundações e institutos poderiam oferecer capital semente para testar propostas e modelos inovadores.

Os relatórios sobre “quem faz” indicam que, embora já tenham sido realizados esforços no sentido de disseminar o escopo de atuação de atores e organizações intermediárias, apenas 11% dos negócios de impacto passaram por aceleradoras (Pipe 2017).

Uma análise transversal dos relatórios aponta ainda uma lacuna a ser preenchida: empreendedores que atuam fora do eixo Sul/Sudeste revelaram uma escassez ou inexistência de atores do Ecossistema de Negócios de Impacto que possam apoiá-los com conhecimento ou recursos em suas regiões. Muitos empreendedores começam a jornada se relacionando com negócios/startups em geral, longe de discussões sobre impacto ou propostas de valor. Desta forma, não possuem interlocutores que ajudem na reflexão sobre sua tese de mudança.

No caso de recursos, empreendedores destacam a necessidade de ampliação de capital semente. A grande crítica é quanto ao posicionamento dos fundos em relação

aos riscos visto estes buscam modelos prontos, já validados. Os empreendedores são taxativos ao dizer que não há cultura de risco entre os investidores e que estes não estão interessados em construir junto ou oferecer mentoria às suas investidas (Inspirare (2015)).

Embora o levantamento realizado pela Inspirare (2015) tenha sido feito com empreendedores de negócios com impacto na Educação, pode-se dizer que suas conclusões são convergentes com outros relatórios no que tange a oferta de recursos. Ou seja, faltam recursos para a etapa inicial de validação do modelo de negócio. Este aspecto fragiliza a ampliação do número de negócios com impacto social e pode acelerar um ciclo de morte prematura dos empreendimentos (PNUD, 2015; PIPE, 2017). Neste sentido, há necessidade de maior conexão e sensibilização de anjos e redes de investidores-anjo: apenas 9% dos negócios mapeados (PIPE 2017) contaram com anjo-profissional e 7% com investimento de institutos/fundações.

Outra lacuna identificada a partir das leituras dos relatórios refere-se à falta de uma representatividade geográfica dos negócios de impacto: as amostras não apresentam muitos exemplos na região Norte e Centro-Oeste: 63% dos negócios de impacto mapeados (PIPE 2017) se localizam na região Sudeste. Uma possível explicação seria a maior concentração de atores intermediários nesta região, os quais desconhecem de exemplos e iniciativas fora de seu raio de atuação. Esta lacuna só será

coberta na medida em que houver capilaridade na atuação de organizações intermediárias responsáveis, particularmente aquelas que possuem como foco a geração de conhecimento. Desta forma, deseja-se maior envolvimento de diferentes atores (Universidades, consultorias, redes, institutos) de diferentes localidades no processo de sistematização e disseminação de informações do campo.

O dilema da mensuração do impacto na perspectiva do empreendedor é comentado em dois relatórios (PIPE, 2017 E INSPIRARE, 2015). Se por um lado, se reconheça a necessidade deste tipo de avaliação, por outro lado, a responsabilidade pela execução não é consenso. Empreendedores apontam não ter tempo e recursos para fazer avaliação de impacto e reivindicam a corresponsabilidade desta empreitada com fundos de investimento, fundações, institutos e organismos internacionais. Ou seja, não há convergência entre os atores do ecossistema de quem deve produzir e pagar, embora todos desejam “consumir” este produto.

No Anexo 1 o leitor poderá consultar o histórico e a metodologia utilizada pelos relatórios que tiveram como perspectiva “quem faz”.



3.2 “Quem Apoia”: Perspectiva das Organizações Intermediárias

As organizações intermediárias que atuam no ecossistema de negócios de impacto funcionam como o elo entre a oferta e a demanda de capital. Estas organizações atuam diretamente e/ou sistemicamente com os empreendedores sociais, com o objetivo de promover um ambiente oportuno para a criação e fortalecimento dos negócios com intencionalidade de impacto (DELOITTE, 2015, p. 3).

Nos mapeamentos realizados sobre organizações intermediárias, não houve uma separação entre aceleradoras e incubadoras, como é feito nos negócios tradicionais. Embora seja reconhecida a diferença entre formas de atuação, no geral considera-se que há organizações específicas ou programas que visem ajudar o empreendedor a definir e construir os seus produtos iniciais, identificar segmentos de clientes e obter recursos.

O primeiro relatório foi elaborado por Limeira (2014) da Fundação Getúlio Vargas

(FGV)⁷. A fim de descrever o modo de atuação das aceleradoras com os empreendedores, o estudo focou em cinco aceleradoras de impacto. Este estudo trouxe uma visão abrangente de como são estruturadas e gerenciadas essas organizações, quais os seus desafios e como têm apoiado e inspirado os novos empreendedores sociais. Três das aceleradoras pesquisadas tinham atuação somente no Brasil: Artemisia e Instituto Quintessa, sediadas em São Paulo e Pipa, com sede no Rio de Janeiro. Outras duas atuavam também fora do país: NESST e Wayra.

Incubadoras e Aceleradoras

Há correntes na literatura sobre empreendedorismo que apontam que o termo aceleração tende a ser utilizado como um termo genérico para qualquer programa fornecendo uma estrutura de orientação, oportunidades de networking e acesso a financiamento, representando, assim, um novo modelo de geração de incubação (ABREU e CAMPOS, 2016).

Segundo Cohen(2013), as incubadoras tendem a oferecer um local para abrigar os empreendedores oferecendo uma estrutura que permite a transferência de pesquisa para atividades produtivas, apoio técnico e gerencial e oportunidades para viabilizar parcerias com outros atores. As aceleradoras, por sua vez, oferecem apoio para que os empreendimentos possam interagir melhor com o mercado, auxiliam na ponte do negócio com potenciais clientes.

Desta forma, buscam empreendimentos novos com um certo nível de maturidade do negócio ou de concepção da ideia, de modo a contribuir com seu desenvolvimento. Abreu e Campos (2016, p. 19) comentam que as diferenças mais importantes seriam a duração limitada e mais curta dos programas de aceleração e as oportunidades de networking e mentoria.

O estudo identificou os modelos de negócio praticados pelas organizações, os serviços oferecidos, as parcerias estratégicas com empresas e governo, as áreas de atuação e critérios de seleção. Dentre os desafios encontrados por Limeira (2014) a partir da ótica das aceleradoras, pode-se ressaltar a falta de preparação dos empreendimentos para receber investimentos, passando também pela deficiência do empreendedor e equipes no que concerne a aspectos de gestão, o que dificulta de alguma maneira a negociação com potenciais investidores. Por outro lado, as aceleradoras ressaltam que poucos investidores oferecem mecanismos de financiamento que se adequem ao perfil e diferentes estágios dos negócios acelerados.

Limeira (2014) aponta também o desafio ligado à escassez de incubadoras e aceleradoras frente ao grande número de negócios que se inscrevem anualmente nos processos de seleção. Além disso, há também o desafio de ampliar o acesso a recursos para pequenas incubadoras e

⁷ Contou com apoio do Instituto de Cidadania Empresarial (ICE).

startups que “enfrentam a competição de grandes organizações públicas e multinacionais pelo acesso ao mercado e às novas tecnologias.” (LIMEIRA, 2014, p. 53).

Também em 2014 foi realizado pela NESsT (2014)⁸, um estudo sobre os negócios sociais no Brasil e no Chile, que documenta e sistematiza as melhores práticas e experiências de políticas públicas, além de análise de oportunidades para novas políticas. Para montar um quadro geral, incluindo as recomendações, foram mencionados casos de outros países como Senegal, Portugal, Hungria, Reino Unido, EUA. Para o desenvolvimento de políticas públicas em nível de governo central ou local, exemplos na França, Equador e Colômbia; nível de agenda pública ou setorial, experiências na Espanha e Reino Unido. No Brasil, foram mapeadas algumas políticas públicas com elevado potencial para negócios sociais, como a Lei do Jovem Aprendiz, Lei das Cotas, Política Nacional dos Resíduos Sólidos; Programa de Aquisição de alimentos (PAA); Todos para Creche, Creche para Todos; Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo; Política Nacional de Estímulo à Produção e Consumo Sustentáveis; Organizações Sociais de Saúde.

Em 2015, consultoria Deloitte⁹, elaborou o estudo “Pesquisa de Intermediários do Ecossistema de Finanças Sociais e Negócios de Impacto”, que foi parte de uma série de

pesquisas produzidas pela Força Tarefa de Finanças Sociais. O estudo teve como objetivo a caracterização das organizações classificadas como intermediárias, a partir da modalidade de produtos e serviços oferecidos (DELOITTE, 2015).

A partir de entrevistas realizadas com atores do ecossistema e pesquisas em diversos conteúdos disponíveis, as organizações intermediárias foram classificadas em quatro grupos, a saber: (a) Melhoramento, Avaliação e Certificação; (b) Recursos e Serviços Financeiros; (c) Conhecimento e Informação; (d) Gestão e Acesso a Investidores, de acordo com sua atividade prioritária. O quadro 1 apresenta uma listagem das organizações mencionadas ao longo do relatório.

Em outubro de 2015 foi publicado o Guia 2.5: Guia para o desenvolvimento de negócios de impacto, que teve como objetivo “contribuir para o melhor direcionamento de empreendedores de negócios de impacto às organizações que lhes oferecem suporte, fazendo com que tomem decisões mais qualificadas e tenham mais fácil acesso ao auxílio de que necessitam” (QUINTESSA, 2015, p. 4). Foram analisadas organizações de suporte para o desenvolvimento dos negócios sociais. As organizações identificadas e seu foco principal estão listadas no Anexo 2.

O guia teve o mérito de compilar informações dispersas e facilitar o uso por

⁸ Contou com o apoio da Avina, Omidyar Network e Rockefeller Foundation.

⁹ Relatório organizado em parceria com o Instituto de Cidadania Empresarial (ICE) e com SITAWI Finanças do Bem.

parte de empreendedores e interessados no tema. Apresenta os locais de atuação, formato jurídico, modelo de receita, duração dos programas, diferencial de cada organização e em qual estágio do ciclo de desenvolvimento elas atuam. A maior parte das organizações de apoio atua com empreendimentos em todo o Brasil, exceto Impact Hub, que atua em cidades específicas, o Instituto Quintessa que tem “preferência pelo estado de São Paulo” e a Worth a Million que atua nas regiões Sul e Sudeste. O diferencial de cada organização, a partir do ponto de vista dela própria, também foi descrito em um quadro de forma a facilitar a comparação, permitindo, por exemplo, visualizar que o Programa Yunus and Youth busca empreendimentos em estágio inicial e se destaca como uma “Rede de Mentores”. Outros programas, como Social Good Brasil e Worth a Million têm como diferencial o suporte em gestão.

O guia também apresenta os tipos de suporte que o empreendedor necessita, fazendo assim a identificação da organização mapeada e dos respectivos serviços de suporte que oferece. Os tipos de suporte descritos foram: capacitação e treinamento, suporte em gestão, reconhecimento e divulgação, desenvolvimento pessoal do empreendedor, pontes com potenciais clientes e parceiros, rede de mentores, espaço, ponte com potenciais investidores,

rede entre empreendedores, investimento (QUINTESSA, 2015).

Outra pesquisa, apresentada na Conferência ANPROTEC (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) de 2016, realizada sobre aceleradoras brasileiras, identificou 62 organizações em todo o país, sendo sete com atuação específica em negócios de impacto social: Aceleradora 2.5, Artemisia, NESst, Pipa, Quintessa, Turbo e Yunus (FLÔR et al., 2016). Foi apontada a quantidade de organizações por Estado, porém sem especificar a região de atuação de cada uma delas.

Embora não haja relatório publicado, é relevante mencionar o Programa de Incubação e *Aceleração de Impacto*¹⁰, que busca “mobilizar aceleradoras e incubadoras a desenharem estratégias para atrair, selecionar e acompanhar a estruturação de Negócios de Impacto Social no seu portfólio” (ICE, 2017). O programa contempla três etapas, a primeira de capacitação online e presencial, a segunda com a oportunidade de participação em um desafio que premiará regionalmente o melhor plano de ação e a terceira, de acompanhamento e apoio na implementação. Segundo informações do website do instituto, 20 aceleradoras e incubadoras já concluíram o programa, envolvendo 1300 empresas incubadas/aceleradas. Dados da Anprotec (2016)

¹⁰ Criado pelo Instituto de Cidadania Empresarial (ICE) em parceria com a ANPROTEC (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) e o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas).

indicam a existência de 369 incubadoras no Brasil que reúnem cerca de 2310 empresas incubadas e 2815 empresas graduadas.

Recentemente foi apresentado um panorama mais atualizado sobre as aceleradoras e as incubadoras no Brasil que são integralmente direcionadas para negócios de impacto ou possuem algum programa específico (ANDE e ICE 2017)¹¹. Foram identificadas 256 iniciativas que se encaixariam nos critérios estabelecidos pelo estudo o qual teve como objetivo aprofundar o entendimento dos modos de operação de incubadoras e aceleradoras, localização geográfica, setores de atuação, serviços de apoio oferecidos e modelos de financiamento. O levantamento realizado apontou a necessidade de um trabalho mais integrado entre aceleradoras e investidores, particularmente na prospecção setorial. Os resultados apresentados mostram, por exemplo, que pouco mais da metade não tem preferência com relação ao setor de atuação – entre as demais, os setores mais comuns são tecnologia da informação e comunicação (TIC), saúde e energia. As aceleradoras com foco em impacto demonstram interesse em negócios das áreas de TIC, energia e meio ambiente ao passo que dados sobre investidores de impacto mostram uma preferência para áreas de saúde, educação e inclusão financeira.

Ao longo do ano de 2017¹², está sendo estruturado o Mapeamento do Ecossistema de Apoio ao Microempreendedor Brasileiro, cujo objetivo é “identificar e evidenciar as organizações públicas, privadas e mistas que apoiam a criação e/ou o fortalecimento de micro empreendimentos no país” (ALIANÇA EMPREENDEDORA, 2017). O mapeamento envolve uma pesquisa a ser respondida por organizações que apoiam microempreendedores, tais como associações comunitárias, cooperativas, ONGs, OSCIPs, Institutos, Fundações Privadas, Negócios Sociais, Empresas Instituições de ensino, além de Instituições do Sistema S (SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE), secretarias e iniciativas ou organismos públicos. O lançamento do mapeamento está previsto para novembro/2017.

De forma geral, os relatórios sobre intermediários são convergentes no que se refere aos desafios enfrentados no dia-a-dia por essas organizações: baixo número de empreendimentos preparados para receber investimentos, falta de capacitação dos empreendedores e inexistência de políticas públicas que ofereçam infraestrutura a estas organizações. Alguns limitadores do contexto também aparecem de forma frequente nos levantamentos: desalinhamento de expectativas entre os atores, falta de instrumentos financeiros adaptados para negócio de impacto, baixa produção acadêmica sobre o tema e pouco

¹¹ ANDE e ICE apresentaram este estudo em agosto de 2017

¹² Aliança Empreendedora, em parceria com o Bank of America Merrill Lynch

engajamento de instâncias governamentais no papel de regulador e fomentador.

O quadro 2 apresenta um conjunto de oportunidades identificadas ao longo da leitura dos relatórios e que foram agrupadas de acordo com classificação utilizada por Deloitte (2015) para segmentar as organizações intermediárias.

A criação de um banco de dados com informações sobre ideias e negócios de impacto segmentados por região e setor continua sendo uma demanda de organizações que oferecem suporte, visto que elas investem muitos recursos na divulgação do seu trabalho e na busca ativa por empreendedores (QUINTESSA, 2015, p. 2).

A avaliação do resultado da ação de incubadoras e aceleradoras é uma lacuna nos relatórios já realizados. Considerando o estágio de desenvolvimento do campo, o número de empreendedores que passaram por aceleradoras de impacto e o crescimento do número destas organizações, já seria possível elaborar estudos mais aprofundados das ações que foram mais efetivas no apoio ao empreendedor e nos modelos de atuação que tem gerado melhores resultados. Por exemplo, há diferenças de resultados dos empreendimentos que passaram aceleradoras e aqueles que não foram selecionados? Há diferenças significativas nos resultados das aceleradoras que optam por atuar de forma personalizada daquelas que oferecem um atendimento por turma?

A comprovação do resultado de sua ação pode favorecer a obtenção de investimento por parte de institutos, fundações empresariais e obtenção de linhas de financiamento governamentais específicas para este tipo de organização. Este estudo se encontra em fase de elaboração no âmbito da parceria PNUD e SEBRAE.

A questão da sustentabilidade financeira das incubadoras e aceleradoras de impacto tem sido um tema recorrente: as fontes mais comuns incluem governo, organizações filantrópicas e taxas cobradas dos negócios acelerados (ANDE & ICE, 2017). As organizações se sentem pressionadas para diversificar fontes de financiamento e reivindicam a criação de instrumentos financeiros que facilitem a canalização de recursos para sua operação.

Os relatórios que focalizaram aceleradoras e incubadores convergem na visão sobre a importância do governo para expansão do ecossistema: o campo de negócios de impacto não ocupa um espaço prioritário na agenda pública e política. Algumas reivindicações são feitas em termos de criação de instrumentos financeiros, legislação, políticas públicas que facilitem a compra de negócios de impacto, incentivos fiscais entre outras (NESsT, 2015; PNUD, WORLD BANK, 2016). Para que se insira esse tipo de negócio na agenda pública deve-se (I) garantir que o governo reconheça a tipologia dos negócios de impacto; (II) dar visibilidade a bons exemplos de negócios de impacto que sejam sustentáveis e possuam escala;

(III) mobilizar agentes públicos que disseminem a pauta de negócios de impacto junto às entidades estatais e; (IV) abordar a temática de forma integrada e sob uma perspectiva ecossistêmica a partir dos planos nacionais de desenvolvimento (PNUD, WORLD BANK, 2016).

É importante destacar o grande esforço da Força Tarefa de Finanças Sociais de mobilizar líderes públicos que possam atuar como interlocutores na agenda de finanças sociais e negócios de impacto e na promoção de um macro ambiente favorável. O envolvimento do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Sebrae, BNDES na proposição de recomendações para o avanço do campo já reverteu resultados positivos em termos de ampliação de parcerias com órgãos federais e criação de ações conjuntas (ex. formação de um grupo de trabalho “Finanças Sociais no Governo Federal”. Por outro lado, há ainda necessidade de disseminar o conceito de negócios de impacto para gestores públicos envolvidos em setores prioritários para o desenvolvimento sustentável tais como Ministério da Educação, Saúde e Desenvolvimento Social. Este primeiro momento de “convencimento” é condição sine qua non para abrir oportunidade de diálogo e de trabalho colaborativo entre os setores. A atuação de iniciativas de mercado em áreas sociais deve ser vista como uma forma complementar a atuação do Estado e de organizações sociais e não como uma substituição. Desmitificar pré-noções em relação a negócios de impacto é um passo

necessário para a construção de programas inovadores na agenda pública que contemplem uma atuação conjunta de diferentes atores alinhados em um mesmo objetivo: reverter problemas estruturais que perenizam condições de pobreza e degradação do meio-ambiente. Estudos sobre Social Impact Bonds em diferentes países e de Contratos de Impacto Social existentes no Brasil são fundamentais para criar referências e jurisprudência.



Quadro 1 — Organizações Intermediárias de acordo com sua área de atuação

MELHORAMENTO, AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO	RECURSOS E SERVIÇOS FINANCEIROS	CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO	GESTÃO E ACESSO A INVESTIDORES
Padronização e métricas para avaliação: GIIN (Global Impact Investing Network) IRIS, GIIRS, Insper Metrics, GRI, Social Value UK	Fundos de Investimento: Vox Capital, MOV, GAG Investimentos, Kaeté Investimentos e INSEED Investimentos	Produção de Conhecimento: FDC, Finep, FEA USP, Insper, FGV, Emory University, UniCamp, Senac, ESPM, Aspen Network of Development Entrepreneurs	Aceleradoras e incubadoras: Portodigital, CIETEC, Instituto Quintessa, Artemisia, ISES, Endeavor, Anprotec, Ashoka, NESST, Yunus Social Business
Medição e monitoramento de impacto: Move, Insper Metrics, NPC, Inter Media, IDinsigth	Fundos Sociais: Yunus Social Business, SITAWI, Instituto Ventura	Formação de profissionais: FEA USP, Insper, FGV, UniCamp, Artemisia, Amani Institute, Ashoka, Social Good Brasil	Marketing e vendas: ISES, Agesal, Firefly, Social way, Ponto
Certificadoras de organizações e de Negócios de Impacto: Sistema B, Social Enterprise, Imaflora	Fundações: Potencia Ventures, Alana, Virtuose, Fundação Telefônica, Omydar Network	Fomento e Divulgação de informações: SOCAP, SIB LAB, Impact Hub, Impact Investing Latin America Knowledge Platform (IILA)	Consultores de investimento: Towers Investors, Ipanema Credit Manegement, Mercer, Reliance, Vérios
	Instituições Financeiras e correspondentes bancários: CrediAmigo, Avante, ISES	Assessoria jurídica: Derraik & Menezes, Mattos Filhos	Consultores filantrópicos: Sinapse, Gife, IDIS, SITAWI, GIP
	Gestores de Títulos de Impacto Social: SITAWI		Plataformas de acesso a clientes: ISES, SEBRAE, Social Enterprise UK, Rede de Negócios Empresarias
			Prontidão para o Investimento: Social Investment Business, ReDes

fonte: elaborado a partir de Deloitte (2013)

Quadro 2 — Pontos de Reflexão

	MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO	RECURSOS E SERVIÇOS FINANCEIROS	CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO	GESTÃO E ACESSO A INVESTIDORES
F R A G I L I D A D E S	- Falta comparação dos sistemas de <i>rating</i> utilizados no Brasil com os globais. - Expectativa de retorno financeiro sem levar em conta o timing do impacto social - Ausência de uma definição legal	- Os sistemas utilizados para identificar o “bom pagador” são limitados (ex. consulta do CPF). - Falta de ferramentas que viabilizam o apoio direto de investidores individuais a Negócios de Impacto. - <i>Mainstream</i> do setor financeiro ainda considera investimento de impacto um nicho de filantropos. - Investimento de impacto ainda não foi totalmente incorporado por institutos e fundações	- Apenas as faculdades de ponta nas áreas de administração e economia têm temáticas de Finanças Sociais e Negócios de Impacto. - Baixa produção acadêmica sobre o tema. - Mídia pouco pautada para colaborar na disseminação da agenda de Finanças Sociais e Negócios de Impacto	- Desalinhamento de expectativas entre investidor e empreendedor - Muitos empreendedores apontam a necessidade de orientação jurídica que muitas vezes não é oferecida pelas organizações intermediárias.
O P O R T U N I D A D E S	- Valorização e métricas qualitativas para acompanhamento da “teses de mudança” dos negócios	- Ampla disseminação das organizações que financiam negócios de impacto em diferentes regiões do Brasil redes de anjos, bancos, fundações, institutos, fundos de impacto. - Aumentar o montante de investimento de impacto por meio de famílias e indivíduos de alta renda sem diminuir montante canalizado para organizações da sociedade civil.	- Pesquisas e estudos sobre a evolução de negócios de impacto de diferentes setores e locais para servir de efeito demonstrativo e gerar aprendizado. - Mapeamento de instrumentos e programas já existentes na esfera governamental que possam oferecer oportunidades para negócios de impacto. - Estudos aprofundados sobre a criação e evolução de Contratos de Impacto Social no Brasil para servir de referência para diferentes órgãos governamentais.	- Ampla disseminação das organizações que apoiam o desenvolvimento do negócio, desde sua fase inicial até validação em diferentes regiões do Brasil (incubadoras e aceleradoras) - Estimular um olhar de arranjos produtivos que concentrem Negócios de Impacto com produtos e serviços em torno de problemas sociais específicos - Aumentar o número de escritórios de advocacia com conhecimento sobre o campo.

fonte: elaborado a partir de Deloitte (2015)

Quadro 3 — Instrumentos Políticos de Apoio à Negócios de Impacto

REGRAS	FINANCIAMENTO	INFORMAÇÃO	QUALIFICAÇÃO
Marco conceitual legal para a participação da BoP nos mercados	Subsídios para os usuários finais	Dados sobre o mercado da BoP	Programas de formação vocacional
Parcerias público-privadas e concessões	Programas de seguro	Sensibilização da BoP	Parcerias de desenvolvimento
Forma jurídica para os negócios com uma missão social	Instrumentos de crédito	Programas de prêmios	Serviços de desenvolvimento de negócios
Certificação e acreditação	Fundos de desafio e subsídios equivalentes	Pesquisa sobre os diferentes tipos de abordagem	
	Contratação pública	Fóruns de aprendizagem mútua	
	Programas de empréstimo prioritários		
	Garantias de crédito		
	Factoring, arrendamento mercantil, participação no capital		

fonte: adaptado PNUD e World Bank (2016)

3.3 “Quem financia”: Perspectiva dos Investidores e Fundos de Investimento

Parte fundamental para o desenvolvimento e expansão de um ecossistema encontra-se nos atores que aportam capitais financeiros para o fomento do campo. Os Institutos e Fundações, apesar de muitas vezes enquadrarem-se como intermediários, a

partir do apoio que fornecem para organizações parceiras, também são grandes impulsionadores do investimento social privado e, portanto, são enquadrados na dimensão “quem financia”. O GIFE realiza de dois em dois anos um censo sobre o investimento social de seus associados e nos últimos anos tem demonstrado um interesse de maior envolvimento no campo de finanças sociais¹³, tendo lançado em

¹³ Particularmente no apoio a estudos, participação no Grupo de Tarefa de Finanças Sociais, realização de eventos sobre o tema, apoio a negócios, de impacto, etc

2016 a Rede Temática de Negócios de Impacto Social.

A expressão investimento de impacto (em inglês, *impact investing*) foi cunhada em 2007, em evento da Fundação Rockefeller. Em 2008, aparecem os primeiros investidores de impacto: SITAWI – Finanças do Bem foi fundada naquele ano e a MOV Investimentos começa a explorar as oportunidades de investimentos. Em 2009, a Vox Capital surge como o primeiro fundo de investimento de impacto fechado.

O primeiro levantamento internacional sobre investimento de impacto foi realizado em 2010 pelo banco J.P. Morgan e contou com a colaboração do GIIN e da Fundação Rockefeller: 24 respondentes, envolvendo mais de 1.100 investimentos em negócios de impacto e US\$ 2,5 bilhões de recursos alocados em investimentos de impacto socioambiental. A sexta edição do relatório, publicado em maio de 2016, demonstra o forte crescimento do setor: foram 157 respondentes sendo esses responsáveis por 7.551 operações de investimento de impacto no ano de 2015 (GIIN, 2016, p. 12) e US\$ 15,2 bilhões alocados em investimento de impacto socioambiental. O Brasil aparece pela primeira vez na lista de respondentes na terceira edição (Vox) e na sexta edição conta a Vox e Sitawi.

O primeiro relatório sobre o ecossistema de investimento de impacto no Brasil foi publicado em janeiro de 2011, em uma iniciativa conjunta do Polo Ande Brasil, Fundação Avina e Potencia Ventures (Plano

CDE, 2011, p. 4). Foram identificados 14 investidores que declaradamente buscavam apoiar negócios de impacto social, ainda que esse não fosse o foco exclusivo de seus investimentos. Esse apoio se dava de três formas: participação no capital social (*equity*), empréstimos e/ou garantias. A maior concentração de investidores que apoiaram negócios de impacto social foi na região Sudeste, onde foram mapeados 12 investidores, seguida da Região Sul e Nordeste, ambas com um investidor cada. O mecanismo de investimento mais frequente foi a participação direta no capital social (*equity*), seguido de doações. O setor preferido foi educação, seguido de agricultura, tecnologia da informação e serviços financeiros/microcrédito. O critério mais citado pelos respondentes para avaliação das propostas de investimento foi o do perfil do empreendedor, seguido pelo impacto social relevante. Somente 50% declararam mensurar o impacto dos seus investimentos.

Em 2014, ANDE, LGT e Quintessa (2014) publicam o primeiro relatório que apresenta o volume de capital disponível para o campo de negócios de impacto na América Latina. Teve como objetivo oferecer um panorama do setor de investimento de impacto na América Latina, mais especificamente, o Brasil, Colômbia e México. Estes países foram escolhidos porque é o onde o campo de investimento social se encontrava mais desenvolvido, de acordo com os autores. Foram mapeadas vinte organizações de investimento ativas,

das quais onze eram internacionais e nove nacionais. Os dados mostram uma grande concentração dos investimentos na região sudeste (45% dos investidores informaram que ainda não tinham investido em outra região). O relatório mostra que no Brasil foram investidos US\$ 117 milhões, menos de 0,4% dos US\$ 46 bilhões apontados pelo relatório do mesmo ano de 2014, publicado pelo GIIN em conjunto com o banco J.P. Morgan (J.P. Morgan, 2014, p. 6). O segmento de inclusão financeira desponta como prioritário, vindo em seguida educação, TIC e agricultura. A participação no capital social (equity) apareceu como o mecanismo mais utilizado para os investimentos de impacto. Em segundo lugar está a utilização de obrigações conversíveis.

No ano seguinte, Deloitte (2015) aprofunda os dados sobre potencial de capital disponível para o campo a partir de diferentes fontes de recursos existentes sejam eles governamentais ou privados. O estudo identificou quarenta possíveis investidores de impacto, dez deles sem a informação da localização, dos outros trinta, havia organizações de todas as cinco regiões brasileiras.

O último levantamento no contexto de “quem financia” foi elaborado por ANDE, LGT e LAVCA (2016), dando continuidade ao levantamento feito em 2014. Em 2016, a pesquisa identificou um crescimento de 31% no número de investidores de impacto

ativos no Brasil, passando para 29 com um total de US\$ 186 milhões em ativos. Com relação aos instrumentos financeiros, houve um grande aumento na utilização de dívida e um decréscimo na participação direta capital social (equity). Mais da metade dos investidores no Brasil visaram uma taxa de retorno acima de 16%.

O conjunto de informações produzidas por esses diferentes atores corrobora a afirmação de que o campo de negócios de impacto é emergente, **com muito potencial de obtenção de recursos**¹⁴. O campo social possui aproximadamente R\$ 457 bilhões de recursos disponíveis, dos quais cerca de 90% viriam do Governo, por meio de programas que objetivam o desenvolvimento social (Deloitte 2015). Os restantes dividem-se principalmente entre Organismos Multilaterais de Crédito (R\$ 16 bilhões) e Pessoas Jurídicas (R\$ 19 bilhões). No entanto, desse total de recursos disponíveis apenas R\$ 13 bilhões são investidos por meio de mecanismos de finanças sociais e, destes, R\$ 12 bilhões são investidos por parte de Pessoas Jurídicas – empresas brasileiras que atuam exclusivamente no setor de investimento de impacto investiram cerca de US\$ 186 milhões em ativos sob gestão no campo (ANDE; LGT; LAVCA, 2016).

Embora tenha sido identificado um potencial grande de recursos para negócios de impacto, **os estudos não detalham a alocação dos recursos nas diferentes**

¹⁴ ANDE e LGT Impact Ventures (2014), Deloitte (2015) e ANDE, LGT Impact Ventures e LAVCA (2016)

fases de vida de um empreendimento. No geral, os relatórios mostram que há lacunas em termos da oferta de capital semente. Poucos investidores dedicam-se a aplicar capital em startups e negócios que estão em fase de ideação ou plano de negócios (ANDE; LGT, 2014; PIPE, 2017), o que dificulta a expansão do ecossistema.

O **setor de investimento de impacto** no Brasil agia de forma relativamente **isolada dos outros mercados**, a despeito do terceiro setor e a o mercado tradicional de venture capital, por exemplo. O investimento de impacto é entendido por parte dos investidores como algo entre a filantropia e o venture capital e, portanto, ainda não se vê esse tipo de investimento como uma oportunidade de diversificação do portfólio – teme-se que a sobreposição dos retornos sociais ocasione menor retorno financeiro (ANDE; LGT, 2014). Deste modo, sinaliza que a aproximação e **maior articulação com estes atores podem ampliar o capital para o campo.**

Em termos de áreas prioritárias, os relatórios analisados apontam oportunidades de investimentos em conservação ambiental.

As oportunidades de aumento de capital são advindas de diversas fontes: ampliação de recursos de fundações e institutos empresariais; investimentos de indivíduos de alta renda via Family offices, direcionamento de recursos que são canalizados para investimento em venture capital, intensificação de compras

governamentais e de grandes empresas; linhas de financiamento governamentais.

Investimentos de impacto têm sido impulsionados nos últimos anos por um número cada vez maior de investidores que buscam conciliar o uso do seu capital aos seus valores. Em muitos casos, **a separação entre gestores tradicionais de fundos e investidores de impacto é cada vez mais tênue** e o número de empresas que citam impacto como um dos principais elementos da sua estratégia geral tem crescido bastante. Embora o setor tenha prosperado na América Latina, os estudos apontam a dificuldade de obtenção de dados sistematizados sobre o tamanho do campo e o impacto gerado. (ANDE; LGT; LAVCA, 2016).

Existe uma oportunidade de aumentar a proporção de **fundações** que apoiam projetos de organizações da sociedade civil, uma vez que nos Estados Unidos da América, 96% dos Institutos e Fundações realizam esse tipo de investimento, enquanto no Brasil, apenas 18% realizam (GIFE 2014). As fundações e institutos podem exercer uma grande contribuição ao campo na oferta de **capital semente** para **testar produtos inovadores desenhados tanto para startups ou para organizações da sociedade civil** que estão delineando iniciativas de mercado a partir do know-how adquirido na resolução de problemas socioambientais.

De acordo com a visão dos investidores, os empreendedores sociais não estão

preparados para receberem investimentos de alta qualidade, uma vez que “temem lidar com transações que envolvem dívidas, o que torna difícil investir em companhias em seus estágios mais precoces, onde os instrumentos financeiros preferidos dos investidores são empréstimos e obrigações conversíveis” (ANDE; LGT, 2014, pág. 37).

Seria muito importante a realização de **estudos de casos bem sucedidos na obtenção de escala do impacto socioambiental simultaneamente com retornos financeiros positivos aos investidores**. Segundo ANDE e LGT (2014), desde 2003 apenas 68 transações se completaram, totalizando US\$ 76,4 milhões de reais.

Vale notar que os principais desafios da área de investimento de impacto encontram-se na prospecção de empreendimentos com condições de expandir, na obtenção dos retornos esperados e na captação de fundos, conforme apontam ANDE, LGT e LAVCA (2016). Alguns fatores são levantados para explicar as dificuldades dos fundos de investimento de impacto: **instabilidade do ambiente político-econômico, a falta de casos de sucesso de investimentos de impacto e a dificuldade de se estabelecer métricas adequadas**.

Quadro 4 — Montante de Investimento em investimento social privado e negócios de impacto no Brasil

VOLUME total de Investi- mentos	R\$ 3 bilhões Investimento social privado planejado (2014)	US\$ 117 milhões Investimento em negócios de impacto realizado (2014)	US\$ 186 milhões Investimento em negócios de impacto realizado (2016)	R\$ 50 bilhões Investimento de impacto (meta para 2020)
Fontes	GIFE, 2014	ANDE e LGT Impact Ventures, 2014	ANDE, LGT Impact Ventures e LAVCA, 2016	Deloitte, 2015

fonte: elaborado pelos autores

3.4 Visão de Futuro do Campo: reflexões sobre ações necessárias para seu fortalecimento

Para aprofundar o entendimento sobre as percepções dos atores chave do ecossistema de negócios de impacto, foi organizada uma oficina de trabalho que contou com a participação de 35 membros do Ecossistema representando organizações de apoio, entre eles, aceleradoras, incubadoras, academia, investidores, organizações de fomento e organizações governamentais (Anexo 4)¹⁵. O encontro teve como objetivos: apresentar um panorama e oportunidades identificadas no ecossistema, refletir coletivamente sobre o futuro do campo e elencar ações e iniciativas que possibilitem a expansão e fortalecimento do campo.

Na discussão em plenária emergiram **quatro dimensões** a serem trabalhadas

¹⁵ O evento foi organizado no âmbito da Iniciativa Incluir e coordenado pelos docentes Profa. Dra. Graziella Maria Comini (FEA/USP) e Prof. Dr. Edgard Barki (FGV), no dia 22 de setembro de 2017, na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

pelos atores do campo. Seguem abaixo os itens com algumas falas feitas pelas participantes do evento:

A) Necessidade de aumento da Diversidade no Ecossistema

Há uma percepção de que atualmente o ecossistema é muito restrito a um grupo homogêneo de pessoas e organizações. O grupo enfatizou a importância do fomento de empreendedores de baixa renda, liderança feminina, afrodescendente e das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste do Brasil.



“diversidade no setor é baixa. Investimentos vão para poucos”.



“mais negócios de empreendedores de menor renda que tenham escala e potencial. Ver os atuais trocando informações e ganhando escala”.



A diversidade também está relacionada com negócios que tenham portes diferentes e objetivos distintos.



“Incubações e acelerações com projetos diferentes, tickets diferentes”.



B) “Sair da Bolha”: Maior conexão com outros agentes

Ressaltou-se a relevância de uma maior conexão com outros ecossistemas e outros agentes de tal forma que os negócios de impacto pudessem interagir com outros públicos e que novos atores participem do ecossistema. A percepção é de que deve haver maior abertura dos negócios e das aceleradoras para interações com outros investidores.



“Não pode haver bolha, setor tem que permear os outros. Fortalecer o grupo para “furar” outros grupos. Deixar de existir como coisa apartada”.



Nesta maior conexão, a visão é de que as empresas contemplem o impacto social como um valor básico de suas atuações.



“Em 2030, o setor não será apartado, empresas contemplarão no seu core business ou não sobreviverão. Main stream contemplará Impacto. O impacto social será como o conceito de qualidade foi no passado”.



“Ideal ter Cadeia de Valor de Impacto. Deve haver maior sinergia, geração de negócios conjuntos. Complementaridade das estruturas robustas das empresas com agilidade dos negócios de impacto”.



Foi ressaltada a importância da oferta de capital a partir de outros atores tradicionais do mercado, como bancos,

fundos de venture capital e investidores anjos.



“negócio de impacto social parece diferente de startup, mas lá na frente precisa de investimento da mesma maneira. Setor precisa contemplar outras formas de captação, considerando inclusive investidores privados”.



“deve haver diversidade da oferta de capital. Faltam bancos com mesmo pensamento de produtos para varejo”.

O grupo identificou que o Governo tem um papel essencial na evolução do ecossistema, seja por meio de compras públicas, no fomento do campo ou no papel de regulador.



“Governo tem que fazer mudanças sistêmicas, incluindo uma Política Nacional voltada para os Negócios de Impacto”.



“Gestores das pontas dos governos têm que conhecer e entender disso”.

A mídia também foi elencada como um ator fundamental para a popularização do conceito de Negócios de Impacto junto à sociedade.



“Necessário desmistificar isso, tornar público, para haver massa critica de pessoas entrando e impulsionando o setor”.

C) Negócios mais robustos

Há um consenso no grupo de que a consolidação do ecossistema depende de termos negócios mais robustos, atingindo maior impacto com mais escala. A tecnologia pode ser um importante potencializador desses negócios.

“gap de tecnologia para empreendedores, que viabilize produtos e serviços mais escaláveis”

D) Melhor gestão de conhecimento

Um ponto bastante discutido foi a necessidade de o ecossistema ter uma melhor gestão do conhecimento. Neste sentido, ressaltou-se a relevância de maior contribuição e pró-atividade da acadêmica.



“Academia observa e não é ativa”.



“Universidade precisa de cases para inspirar jovens, uma visão mais empreendedora nas universidades”.



“Faltam informações que você use e que cheguem nos outros atores”.



“Existem retratos produzidos pela academia, mas é necessário haver gestão do conhecimento mais eficiente, para ajudar atores a entender seu papel e criar sua narrativa”



A figura abaixo sintetiza os principais pontos enfatizados pelos participantes em sua visão do Ecossistema de Negócios de Impacto para 2030:

Auto sustentabilidade, mais diversidade, maior abertura para a sociedade, informações que circulam



fonte: elaborado por Comini e Barki (2017)

Para que seja possível atingir esta visão, os participantes elencaram algumas ações que consideram essenciais:

- Criar mecanismos mais simples de métricas de impacto
- Intensificar a formação de empreendedores de negócios de impacto
- Ampliar o conhecimento do campo por parte da mídia e profissionais técnicos tais como advogados
- Fomentar empreendimentos que busquem soluções para as causas da pobreza e não apenas minimizar seus efeitos
- Fomentar mais cadeia de impacto, ou seja, negócios de impacto na cadeia de valor de empresas tradicionais
- Estruturar novas formas de financiar os empreendimentos
- Estabelecer parcerias entre governo e organizações intermediárias
- Definir com mais precisão a noção de impacto
- Ampliar o número de professores interessados na temática

Em um mundo onde se busca atuar com propósito e valores, as fronteiras entre negócios de impacto e empresas tradicionais estão ficando mais difusas. Desta forma, não poderá haver um ecossistema de negócios de impacto que atue de maneira isolada e apenas entre pares. As conexões, as trocas de experiências, articulação e diálogo entre

atores de diferentes ecossistemas são fundamentais para o alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 e seus 17 objetivos coloca um grande desafio para que os negócios desenvolvam soluções, em parceria com outros atores, capazes de responder de maneira integrada às demandas sociais, econômicas e

ambientais. Neste contexto, os negócios de impacto atuam para acelerar o alcance dos ODS. Em contrapartida, este forte alinhamento com a nova agenda de desenvolvimento global exige empreendimentos com maior escala e impacto para não deixar ninguém para trás e resolver grandes dilemas da sociedade.

04. Referências Bibliográficas

ABREU, Paulo; CAMPOS, Newton. **O Panorama das Aceleradoras de Startups no Brasil**. CreativeSpace. FGV, Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios, julho, 2016.

ANDE – Aspen Network of Development Entrepreneurs et. al.. **Mapa do Setor de Investimento de Impacto no Brasil**. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/aubwj8>>. Acesso em: 03. Ago. 2017.

ANDE – Aspen Network of Development Entrepreneurs et. al.. **Panorama do Setor de Investimento de Impacto na América Latina**. 2016. Disponível: <<https://goo.gl/jVGSeo>>. Acesso em: 03. Ago. 2017.

ANDE – Aspen Network of Development Entrepreneurs. ICE – Instituto de Cidadania Empresarial. **O Panorama das**

Aceleradoras e Incubadoras no Brasil. 2017. Disponível em: < <https://goo.gl/MtU5eY>>. Acesso em: 03. Ago. 2017.

ANPROTEC, **Estudo de impacto econômico: segmento de incubadoras de empresas do Brasil**. Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. Brasília: Anprotec/Sebrae, 2016.

BARKI et al. **Negócios de Impacto Social no Brasil**. São Paulo: Editora Peiropolis, 2013.

COHEN, Suzana. **What do accelerators do?** Insights from Incubators and Angels, 2013.

COMINI, Graziella. **Negócios sociais e inovação social: um retrato de experiências brasileiras**. Tese (Livre-Docência). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2016. Disponível

em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/12/tde-15122016-143942/pt-br.php>

DELLOITE. **Mapeamento dos Recursos Financeiros disponíveis no Campo Social do Brasil com o objetivo de identificar recursos potenciais para Finanças Sociais.** 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/pT5rP6>>. Acesso em: 03. Ago. 2017.

DELLOITE. **Pesquisa de Intermediários do Ecossistema de Finanças Sociais e Negócios de Impacto.** 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/kHcwgm>>. Acesso em: 03. Ago. 2017.

EHLERS, Vernon. **Unlocking our future: Toward a new national science policy.** House Committee on Science, US Congress, Washington, DC. 1998.

ENDEAVOR. **Criando uma Rede de Empreendedores Sociais: Uma análise do ecossistema empreendedor para os negócios sociais em São Paulo.** 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/OR3gSD>>. Acesso em: 03. Ago. 2017.

FLÔR *et. al.* **As Aceleradoras Brasileiras: Levantamento para Identificação do Foco, Atuação e Distribuição Territorial.** 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/j3dHKj>>. Acesso em: 03. Ago. 2017.

FORÇA TAREFA DE FINANÇAS SOCIAIS. **O que são Negócios de Impacto.** 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/XES3si>>. Acesso em: 03. Ago. 2017.

GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas. **Key Facts sobre o Investimento Social no Brasil.** 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/uLlzuG>>. Acesso em: 03. Ago. 2017.

IKENAMI, Rodrigo Kazuo. **A abordagem ecossistema em teoria organizacional: fundamentos e contribuições.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

INSPIRARE. **Empreendedores de Impacto: As Dores e Delícias de Inovar em Educação.** 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/p4KdAX>>. Acesso em: 03. Ago. 2017.

INSTITUTO WALMART. **Mapa de Soluções Inovadoras.** 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/nu3SO9>>. Acesso em: 03. Ago. 2017.

LIMEIRA, Tânia Maria Vidigal. **O Papel das Aceleradoras de Impacto no Desenvolvimento dos Negócios Sociais no Brasil.** 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/JZQvLK>>. Acesso em: 03. Ago. 2017.

MOORE, James F. Predators and prey: a new ecology of competition. **Harvard business review**, v. 71, n. 3, p. 75-83, 1993.

NESST. **Posicionando Negócios Sociais na Agenda Pública: O Caminho a Seguir.** 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/Mi8KDj>>. Acesso em: 03. Ago. 2017.

OSAWA, Yoshitaka; MIYAZAKI, Kumiko. An empirical analysis of the valley of death: Large-scale R&D project performance in a Japanese diversified company. **Asian**

journal of technology innovation, v. 14, n. 2, p. 93-116, 2006.

PIPE SOCIAL. **1º Mapa de Negócios de Impacto Social + Ambiental**. 2017. Disponível em: <<http://www.pipe.social/mapa2017>>. Acesso em: 03. Ago. 2017.

PLANO CDE. **Mapeamento do campo de Negócios Sociais / Negócios Inclusivos**. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/SDgMKU>>. Acesso em: 03. Ago. 2017.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Mercados Inclusivos no Brasil: Desafios e Oportunidades do Ecosistema de Negócios**. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/1h1nRa>>. Acesso em: 03. Ago. 2017.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. WORLD BANK – World Bank Group. **Negócios Inclusivos: Relatório do G20 para Cúpula de 2016**. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/nN7ex6>>. Acesso em: 15. Ago. 2017.

POTENCIA VENTURE. INSPIRARE. **Estudos de Oportunidades no Setor de Educação para Negócios Focados na População de Baixa Renda**. 2013a. Disponível em: <<https://goo.gl/frIMUk>>. Acesso em: 03. Ago. 2017.

POTENCIA VENTURE. PROSPECTIVA. **Oportunidades para Negócios de Impacto em Saúde Voltados para a População de Baixa Renda no Brasil**. 2013b. Disponível em: <<https://goo.gl/JddThR>>. Acesso em: 03. Ago. 2017.

QUINTESSA. **Guia 2,5**. Disponível em: <<https://goo.gl/TZvLVO>>. Acesso em: 03. Ago. 2017.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Diretrizes Estratégicas: O Sebrae no Atendimento aos Negócios de Impacto Social**. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/OR3gSD>>. Acesso em: 03. Ago. 2017.

SERCONK, Fábio. VITORIANO, Pedro. Brasil 27. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/XwllOW>>. Acesso em 20. Jun. 2017

THEODORSON, George A.; THEODORSON, Achilles G. A modern dictionary of sociology. 1969.

THE IMPACT, Investimento de Impacto no Brasil: um guia para famílias. Disponível em http://theimpact.org/wp-content/uploads/2017/06/TheImpact.BrazilPrimer.20170629.PORT_.LowRes.pdf. Acesso em 31 Jul. 2017.

a nexo

01

Detalhamento dos relatórios
'Quem Faz'

Quadro 1 — Detalhamento da Metodologia - Relatórios sobre Empreendimentos

AUTOR	MÉTODO	QUALI	QUANTI	AMOSTRA	NOMINAL	TOTAL DE NEGÓCIOS
Plano CDE (2011)	Mapeamento de tamanho e escopo e depois, identificação de perfis. Nessa segunda fase, houve uma parte quantitativa, com questionários aplicados por telefone a partir de uma lista criada na fase 1. Foram realizadas também entrevistas de aproximadamente, 30 minutos com questões fechadas, abertas e semi-abertas.	Sim	Sim	Negócios sociais e inclusivos: - Norte (10), - Nordeste (33) - Centro-oeste (6) - Sudeste (55) - Sul (36)	Não	140
Instituto Walmart (2011)	Levantamento bibliométrico	Sim	Não	Não atuou com amostras	Sim	16
Serconek; Vitoriano (2013)	Bola de Neve	Sim	Não	Foram citados ao todo 171 possíveis Negócios Sociais. Dos quais 27 foram descritos de forma aprofundada, sendo um em cada estado do Brasil	Sim	27
Potencia Venture (2013 a)	Levantamento de dados bibliográficos e entrevistas em profundidade com gestores, empreendedores, diretores de escola, professores universitários e etc.	Sim	Não	Os atores mapeados encontram-se nos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Amostra não detalhada.	Sim	4
Potencia Venture (2013 b)	Levantamento de dados bibliográficos e entrevistas em profundidade com gestores e empreendedores	Sim	Sim	Negócios com impacto social em saúde direcionados á baixa renda.	Sim	21
PNUD (2015)	Multimétodo; 19 estudos de caso de negócios inclusivos, selecionados por um comitê de especialistas em um conjunto de mais de 70 respondentes de uma chamada pública e produzidos por cinco escolas de negócio e pela equipe do PNUD; 28 entrevistas em profundidade com formadores de opinião; survey com 530 respondentes, participantes de dois eventos; Pesquisa documental: cerca de 100 documentos.	Sim	Sim	A amostra de negócios, ou seja, os estudos de casos apresentados contemplam 19 organizações.	Sim	19
Inspirare (2015)	Levantamento de dados com especialistas; mesa de discussão com 16 atores do ecossistema; Dividiu-se o recorte da amostra por praças, sendo elas São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Florianópolis, Porto Alegre e Maceió; entrevistas em profundidade com empreendedores de negócios que se encontram em diferentes estágios de seus empreendimentos; realização de workshop.	Sim	Não	50 entrevistas em profundidade com empreendedores de negócios que se encontram em diferentes estágios de seus empreendimentos – Em termos geográficos, os empreendimentos encontram-se em SP (15), RJ (11), BH (10), FLP (4), POA (2) e Recife/Maceió (8).	Não	50

Sebrae (2016)	Revisão sistemática bibliográfica e grupo de trabalho com especialistas a fim de trazer exemplos benchmarking sobre a temática.	Sim	Não	Ao todo, foram sinalizados 28 atores, entre o primeiro e o segundo grupo. No que concerne à termos geográficos, todo o grupo 1 encontra-se localizado no sudeste, mais especificamente em SP. No grupo dois, a grande maioria também está em SP, com alguns atores pontuais em outros estados do nordeste, sul e centro-oeste, que estão sub-representados em termos de amostra.	Sim	28
Endeavor (2016)	Entrevistas com empreendedores sociais, executivos e líderes da indústria. Coleta de informações adicionais sobre as empresas sociais locais e seus respectivos fundadores.	Sim	Não	Mais de 50 instituições da amostra atenderam aos critérios de "empresas sociais".	Não	50
PIPE (2017)	Estudo multimétodo qualitativo e quantitativo; foram preenchidos 615 questionários online; 12 entrevistas em profundidade com fundadores dos respectivos negócios que tem como foco as temáticas levantadas pelo estudo; <i>desk research</i> .	Sim	Sim	Da amostra de 615 respondentes, 579 foram classificados como Negócios de Impacto. A maior concentração de negócios se dá no sudeste, principalmente no estado de São Paulo (43% da base total de 579 negócios), seguido por Minas Gerais (11%) e Rio de Janeiro (9%).	Não	579
PNUD/SEBRAE (2017)	Chamada de Casos (ideias e negócios)			857 Inscritos, sendo 308 na categoria ideia inovadora		857

fonte: elaborado pelos autores

Dada a falta de homogeneização conceitual e a inexistência de um banco de dados disponível, os levantamentos foram realizados a partir de amostras intencionais, constituído por organizações que se relacionam com atores intermediários – aceleradoras, incubadoras, institutos, fundações e fundos de investimento. Como estes atores atuam de forma preponderante no Sudeste, as amostras refletem este viés.

Apesar de todos os relatórios terem como objetivo a descrição de negócios de

impacto, nem todos apresentam nominalmente empreendimentos (vide quadro 3). Desta forma, não é possível avaliar a sobreposição dos mapeamentos ou até mesmo identificar a evolução e consolidação dos negócios estudados. Partindo-se do pressuposto de que não ocorreram sobreposições, os dez relatórios identificaram ao todo 934 empreendimentos sociais, dos quais 140 negócios sociais e inclusivos (PLANO CDE, 2011), 16 negócios sociais e inclusivos (INSTITUTO WALMART, 2011), 27 negócios

sociais (SERCONEK; VITORIANO, 2013), 25 negócios de impacto (POTENCIA VENTURE, 2013a; 2013b), 19 negócios inclusivos (PNUD, 2015), 50 empreendimentos sociais (INSPIRARE, 2015), 28 negócios de impacto social (SEBRAE, 2016), 50 empresas sociais (ENDEAVOR, 2016) e 579 Negócios de Impacto (PIPE, 2017).

A grande maioria dos relatórios não apresenta os locais onde esses negócios

encontram-se, impedindo uma análise de representatividade geográfica. No entanto, a partir daqueles que apresentam, pode-se afirmar o alto nível de concentração dos empreendimentos no sudeste, seguido por nordeste e sul, com baixíssima representação do centro-oeste e norte (PLANO CDE, 2011; INSPIRARE, 2015; SEBRAE, 2016; PIPE, 2017).

o nexo

02

Detalhamento dos relatórios
'Quem Apoia'

Quadro 1 — Resumo dos relatórios

RELATÓRIO	OBJETO	RESULTADOS	ACELERADORAS MAPEADAS	AUTORES
O Papel das Aceleradoras de Impacto no Desenvolvimento dos Negócios Sociais no Brasil	Visão abrangente de como as aceleradoras de impacto são estruturadas e gerenciadas	Cinco aceleradoras de impacto analisadas de forma detalhada.	Artemisia, Instituto Quintessa, Pipa, NESsT e Wayra.	Limeira (2014)
Posicionando Negócios Sociais na Agenda Pública	Prováveis políticas públicas que colocam-se como desafios e oportunidades aos negócios sociais	Apresentação dos dilemas que envolvem a agenda pública e que, por sua vez, prostram-se como facilitadoras para o posicionamento dos negócios sociais na agenda pública e política.	Não foram mapeadas aceleradoras	NESsT (2014)
Pesquisa de Intermediários do Ecossistema de Finanças Sociais e Negócios de Impacto	Organizações intermediárias, que funcionam como uma ponte entre a oferta e a demanda de capital	Organizações, categorizadas em 4 subgrupos. Informações gerais do papel de cada subgrupo e exemplos de organizações.	Subgrupo “Aceleradoras/ Incubadoras”: Portodigital, CIEtec, Instituto Quintessa, Artemisia, ISES, Endeavor, Anprotec, Ashoka, NESsT, Yunus Social Business	Deloitte (2015)
Guia 2.5 - Guia para o desenvolvimento de negócios de impacto	Guia para conectar empreendedores de negócios de impacto às organizações que lhes oferecem suporte	Onze organizações de suporte identificadas.	Artemisia, Instituto Quintessa, NESsT Brasil, Worth a Million, Yunus and Youth	Quintessa (2015)
As Aceleradoras Brasileiras: Levantamento para Identificação do Foco, Atuação e Distribuição Territorial	Levantamento das aceleradoras brasileiras	Identificadas 62 aceleradoras em todo do Brasil, sendo 7 que atuam com negócios de impacto social. Abordagem generalista.	Aceleradora 2.5, Artemisia, NESsT, Pipa, Quintessa, Turbo e Yunus	FLÔR et al. (2016)
O Panorama das aceleradoras e incubadoras no Brasil.	Aceleradoras e incubadoras.	Identificadas 256 organizações. Preferências setoriais, modelos operacionais, relação com Negócios de impacto e ótica Brasil-mundo.	Amostra de 53 aceleradoras e incubadoras do Brasil, sendo que 60% destas encontram-se em São Paulo	ANDE e ICE (2017)

fonte: elaborado pela autora

Metodologia Utilizada

O estudo de Limeira (2014) consistiu em uma pesquisa qualitativa com cinco aceleradoras de impacto, realizada entre setembro e dezembro de 2013, utilizando-se como fontes dados secundários e dados primários coletados por meio de entrevistas. As entrevistas presenciais, com duração de até duas horas, foram feitas com

os cinco gestores de aceleradoras de impacto, sendo quatro instaladas na cidade de São Paulo e uma na cidade do Rio de Janeiro. Não foi explicada a razão da escolha das aceleradoras pesquisadas, mas é possível supor que o critério principal tenha sido a relevância destes atores no ecossistema de negócios de impacto.

Também de caráter qualitativo, o estudo realizado pela NESST envolveu inicialmente consulta a fontes secundárias para definir conceito de negócio social, marco teórico nos países pesquisados, além da identificação de políticas públicas e possíveis barreiras existentes. Para a identificação das empresas sociais nas regiões escolhidas, foram utilizadas fontes secundárias e fontes indiretas. E por fim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 35 especialistas dos dois países. No Brasil, houve participação também do Sebrae, com oficinas e espaço para discussões de temas relacionados à pesquisa, e no Chile da empresa Feedback, que também ajudou na promoção destas oficinas. No total, o documento traz 34 referências, experiências e casos de todo o mundo, apresentando oportunidades específicas para o Chile e o Brasil (NESST, 2014).

Deloitte (2015) elaborou estudo sobre os intermediários do ecossistema de negócios social a partir de entrevistas com atores do ecossistema e pesquisas em diversos conteúdos disponíveis.

O Guia 2.5 elaborou um questionário personalizado para atender aos objetivos previstos: a organização deveria atender aos seguintes critérios: (1): posicionar-se com foco em negócios de impacto; (2) ter como atividade principal o suporte ao desenvolvimento desses negócios; (3) ter um programa aberto e recorrente para a inscrição dos empreendedores. Foram

realizadas diversas entrevistas presenciais e virtuais com representantes das organizações descritas, com posterior revisão do material por esses representantes (QUINTESSA, 2015). Das onze organizações listadas, apenas três não foram citadas no estudo realizado por Deloitte (2015): Red Bull Amaphiko Brasil (Plataforma de impulso a empreendedores sociais), Rede Papel Solidário (Membership) e Worth a Million (pré-aceleradora).

O mapeamento das 62 aceleradoras atuantes no Brasil, de Flôr *et al.* (2016) consistiu em um estudo descritivo exploratório, de corte transversal, utilizando-se apenas dados secundários. Foram pesquisados documentos de organizações como a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC), Startupi, além de parques brasileiros e do site de buscas “Google”.

Por sua vez, ANDE e ICE (2017) iniciou sua pesquisa com o levantamento de 257 aceleradoras e incubadoras a partir de dados secundários, enviando a estas, questionário online, atingindo 53 respondentes. Destes, 30 respondentes preencheram critérios que os enquadravam como aceleradoras e, portanto, poderiam ser passíveis de análise a partir do método empregado pela Iniciativa Global para Aprendizado em Aceleração (GALI, em inglês). Além disso, realizaram-se também entrevistas em profundidade de caráter qualitativo com 14 respondentes.

a nexo

03

Detalhamento dos relatórios
'Quem Financia'

Quadro 1 — Nomenclatura usada nos relatórios

RELATÓRIOS	AUTOR	APOIADOR	ANO	TERMO UTILIZADO	DEFINIÇÃO
KEY FACTS SOBRE O INVESTIMENTO SOCIAL NO BRASIL	GIFE	Não há	2014	Investidores sociais	Apoiam organizações da sociedade civil de várias maneiras, incluindo financiamento para implementação de seus próprios projetos, apoio técnico para as OSCs, suporte financeiro para os programas das OSCs e apoio institucional desvinculado de projetos
Mapa do Setor de Investimento de Impacto no Brasil	ANDE e LGT Impact Ventures	Quintessa e University of St. Gallen	2014	Investidores de impacto	Investidores que esperam obter retornos financeiros ao mesmo tempo em que geram um impacto social positivo
Mapeamento dos Recursos Financeiros disponíveis no Campo Social do Brasil com o objetivo de identificar recursos potenciais para Finanças Sociais	Delloite	ICE, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Península e LEW/LARA/TBWA	2015	Finanças sociais	Instrumentos financeiros, novos e existentes, que mobilizam capital para investimento em atividades com a intenção de produzir impacto social com sustentabilidade financeira, podendo ou não gerar retorno financeiro sobre o capital investido.
Panorama do Setor de Investimento de Impacto na América LATINA	ANDE, LGT Impact Ventures e LAVCA	Não há	2016	Investidores de impacto	Fazem investimentos diretos em empresas, têm como objetivo explícito o impacto social ou ambiental positivo, têm uma expectativa de retorno financeiro, Investem pelo menos US\$ 25.000 por meio de qualquer instrumento, incluindo dívida, <i>equity</i> , obrigações conversíveis, garantias e outros.

fonte: elaborado pela autora

GIFE (2014) optou por uma abordagem quantitativa a partir de um censo que teve a participação de 113 organizações como respondentes, o que corresponde a 90% da base associativa do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. A pesquisa do GIFE (2014) não especifica os respondentes, mas informa que dos 113 respondentes, 60 eram institutos e fundações empresariais, 20 eram empresas, 19 eram fundações familiares, 14 eram institutos e fundações independentes. Juntas, as organizações investiram R\$ 3 bilhões.

ANDE e LGT (2014) usaram uma metodologia que se consistiu em três

etapas. Na primeira fase houve uma triagem para identificar potenciais investidores de impacto no Brasil, sendo convidados 28 investidores nacionais e internacionais. Em um segundo momento, 22 dos 28 selecionados responderam questionário contendo 40 questões abertas e fechadas sobre tendências de investimentos, ativos sob gestão e alocação de capital e questões abertas sobre os desafios e oportunidades do setor. E por último, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 13 investidores qualificados.

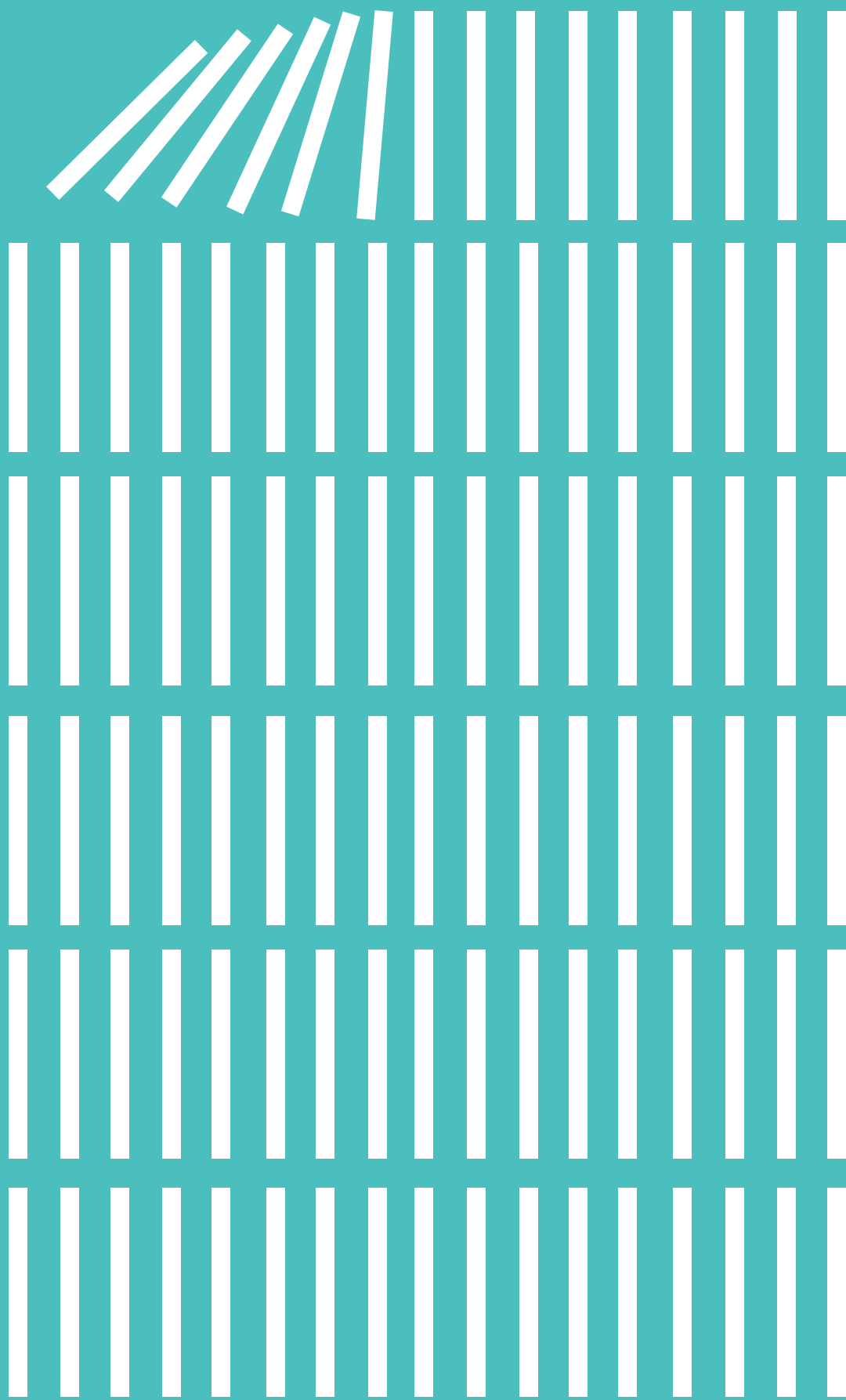
Delloite (2015) fez um levantamento de dados com dados primários. Segundo a

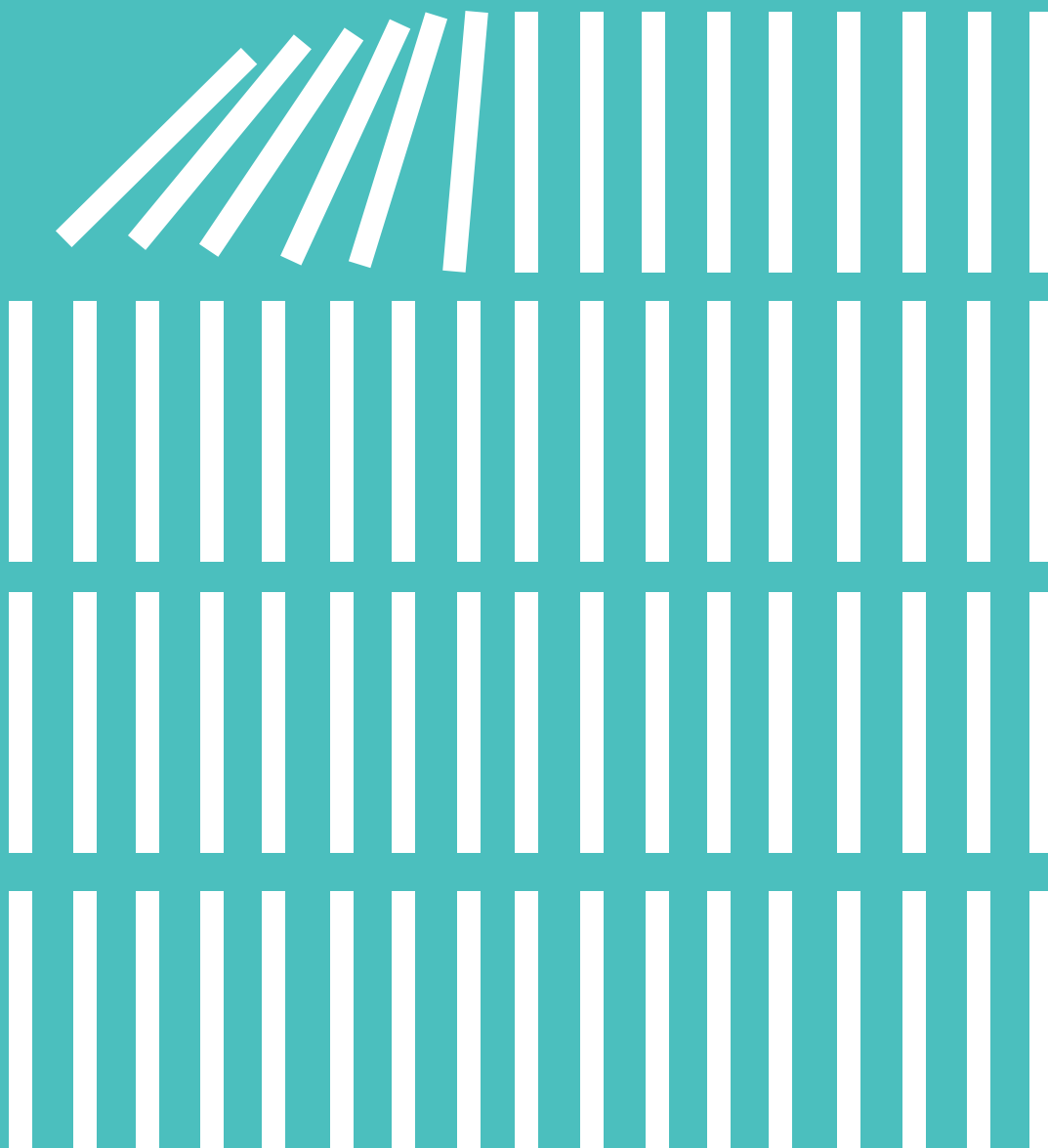
publicação foram identificados atores de oferta de capital, público e privado disponíveis e que poderiam ser direcionados para o financiamento do campo social. Não é mencionado os critérios de escolha. Identificou-se políticas públicas e legislações que fomentam o campo social e apresentavam como possibilidades para a obtenção de recursos, bem como suas respectivas destinações, formas de acesso e utilização. Posteriormente, sistematizaram-se as áreas programáticas que apresentam temas potenciais para as finanças sociais e recomendações/pontos de atenção para que os atores do campo acessem os recursos.

ANDE, LGT e LAVCA (2016) optaram por uma pesquisa exploratória com dados primários, caracterizada por eles como uma abordagem sequencial de métodos mistos. Segundo o relatório, o grupo de pesquisa

identificou prováveis investidores de impacto, porém não caracterizou como se deu essa identificação. Depois foram distribuídos para 136 organizações, questionários que traziam classificadas práticas gerais de investimento e transações ocorridas em 2014 e 2015. A partir daí a equipe de cada um dos países ficou responsável por coletar os dados por meio de entrevista e analisá-los. A equipe brasileira conduziu 20 entrevistas, a colombiana 12 e mexicana, 24.

O relatório elaborado por Delloite (2015) não apresenta sobreposição de organizações encontradas com os demais relatórios, visto que ele mostra as organizações que poderiam realizar investimento social, mas não o fazem ainda, enquanto ANDE e LGT (2014) ANDE, LGT e LAVCA (2016) apresentam organizações que já realizam investimento.





Realização:



*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*

Apoio:



FEAUSP